



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

Yasmin Novaes Olivier Pereira

**PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA CASA ABRIGO PARA MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA CIDADE DE BELÉM –
PA**

Belém - 2023

PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA CASA ABRIGO PARA MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA CIDADE DE BELÉM –
PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão.

Belém – 2023

PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE UMA CASA ABRIGO PARA MULHERES EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA CIDADE DE BELÉM –
PA

Yasmin Novaes Olivier Pereira

Banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão
Orientadora

Prof.
Avaliador

Prof.
Avaliador

Data: ____/____/____

Conceito: _____

RESUMO

Este trabalho visa a criação de uma casa abrigo temporária para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na cidade de Belém, acompanhadas ou não de seus filhos, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para aquelas que se encontram vulneráveis e sob ameaça. A violência doméstica contra a mulher atinge os mais diversos grupos sociais da sociedade, não sendo restrito a uma classe social, ou nacionalidade, ou etnia, ou nível de escolaridade, ou religião. Belém possui dados alarmantes se comparado a nível nacional e, apesar da efetiva rede de equipamentos urbanos em prol da mulher, como delegacias especializadas, a cidade carece de um abrigo que atenda a todas as demandas das vítimas. A elaboração levou em conta as necessidades e o perfil da mulher que busca esse tipo de ajuda, tendo como base um levantamento teórico acerca do tema, através de documentos legislativos, históricos, estatísticos e referencial projetual. Esta proposta arquitetônica tem como objetivo desenvolver um espaço de atendimento multidisciplinar e humanizado às mulheres vitimizadas, dando-lhes uma nova oportunidade para escrever sua história e de sua família longe do seu agressor e do cenário de violência.

Palavras-chave: Mulher; violência doméstica; violência de gênero; proposta arquitetônica; casa abrigo.

ABSTRACT

This work aims to create a temporary shelter for women victims of domestic and family violence in the city of Belém, with or without their children, providing a safe and welcoming space for those who are vulnerable and under threat. Domestic violence against women affects the most diverse social groups in society, not being restricted to a social class, or nationality, or ethnicity, or level of education, or religion. Belém has alarming data compared to the national ones and, despite the effective network of urban equipment for women, such as specialized police stations, the city lacks a shelter that meets all the demands of the victims. The creation took into account the needs and profile of the woman who seeks this type of help, based on a theoretical research on the subject, such as legislative, historical, statistical documents and architectural references. This architectural proposal aims to develop a multidisciplinary and humanized space for victimized women, giving them a new opportunity to write their story away from their aggressor and the scene of violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada – Casa da Mulher Brasileira, Brasília, 2015.....	25
Figura 2: Cobertura ondulada – Casa da Mulher Brasileira, Brasília, 2015	26
Figura 3: Setorização – Casa da Mulher Brasileira.....	27
Figura 4: Organograma e setorização – Casa da Mulher Brasileira	28
Figura 5: Planta baixa – Casa da Mulher Brasileira.....	29
Figura 6: Fachada – Casa Ada e Tamar De Shalit	30
Figura 7: Plantas baixas do térreo e do pavimento superior – Casa Ada e Tamar De Shalit	31
Figura 8: Organograma e setorização – Casa Ada e Tamar De Shalit.....	32
Figura 9: Fachada – KWIECO	33
Figura 10: Planta baixa da primeira etapa, organograma e setorização - KWIECO.....	33
Figura 11: Reutilização de material – KWIECO.....	34
Figura 12: Interior do abrigo – KWIECO	34
Figura 13: Primeira e segunda fase do projeto – KWIECO.....	35
Figura 14: Fachada e interior – Centro das Mulheres.....	36
Figura 15: Planta baixa – Centro das Mulheres.....	37
Figura 16: Organograma e setorização – Centro das Mulheres	37
Figura 17: Ritmo na fachada e cobogós de concreto – Centro das Mulheres	38
Figura 18: Pavilhões – Centro de Oportunidade para Mulheres.....	39
Figura 19: Layout e setorização no terreno – Centro de Oportunidade para Mulheres.....	40
Figura 20: Organograma e setorização – Centro de Oportunidade para Mulheres.....	40
Figura 21: Pavilhão de sala de aula – Centro de Oportunidade para Mulheres	41
Figura 22: Fachada – Casa Verde.....	42
Figura 23: Diagramas – Casa Verde	42
Figura 24: Planta baixa do térreo – Casa Verde.....	43
Figura 25: Planta baixa do primeiro pavimento – Casa Verde.....	43
Figura 26: Organograma e setorização – Casa Verde	44

Figura 31: Fluxo de atendimento – CAERD	45
Figura 32: Localização do terreno	49
Figura 33: Rede de atendimento especializado à mulher em Belém, PA	50
Figura 34: Equipamentos e viário no Bairro da Terra Firme	51
Figura 35: Setorização inicial dentro do lote	58
Figura 36: Organograma da proposta arquitetônica	60
Figura 37: Fluxograma da proposta arquitetônica	61
Figura 38: Frequência dos ventos em Belém – PA.....	63
Figura 39: Ponto de partida – relação cheio e vazio.....	65
Figura 40: Princípios bioclimáticos atuantes no projeto com a permeabilidade nas paredes.....	66
Figura 41: Casa da Mulher Brasileira, Abrigo KWIECO, Abrigo Casa Ada e Tamar De Shalit e Centro das Mulheres	66
Figura 42: Ponto de partida: relação cheio e vazio – jardim interno	67
Figura 43: Divisão dos setores dentro do lote.....	68
Figura 44: Reorganização dos setores dentro do lote	69
Figura 45: Situação final da setorização dentro do lote	70
Figura 46: Volume final	70
Figura 47: Acessos 1 e 2 dentro do lote	71
Figura 48: Acessos de pedestres e veículos em relação à quadra.....	72
Figura 49: Circulação.....	73
Figura 50: Níveis do fluxo	74
Figura 51: Configuração do espaço arquitetônico	75
Figura 52: Uso de elementos vazados em paredes externas	76
Figura 53: Fachada.....	77
Figura 54: Planta de situação – sem escala	78
Figura 55: Planta de locação – sem escala	79
Figura 56: Planta baixa – sem escala	80
Figura 57: <i>Layout</i> – sem escala.....	81
Figura 58: Vista em perspectiva	81
Figura 59: Planta baixa e <i>layout</i> - Setor de atendimento	83
Figura 60: Planta baixa e <i>layout</i> - Setor administrativo.....	84

Figura 61: Planta baixa e <i>layout</i> - Setor de desenvolvimento	85
Figura 62: Planta baixa e <i>layout</i> - Setor de serviços.....	86
Figura 63: Planta baixa e <i>layout</i> - Setor social.....	87
Figura 64: Dormitórios	88
Figura 65: Jardim central	89
Figura 66: Vista do jardim central	90
Figura 67: Vista da horta.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UFs – 2017.....	17
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Números absolutos de casos de feminicídio, 2016-2021.....	16
Quadro 2: Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres, 2016-2021.....	16
Quadro 3: Brasil - taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por UF, 2007-2017	16
Quadro 4: Índices urbanísticos do lote.....	52
Quadro 5: Capacidade e atendimentos realizados pela CAERD em Belém, 2010 – 2011	54
Quadro 6: Quantitativo de mulheres e acompanhantes acolhidos no CAERD, em Belém – PA, 2013 – 2019.....	54
Quadro 7: Programa de necessidades	55
Quadro 8: Porte das espécies considerando a altura total e o maior diâmetro da copa	91

ANEXOS

Anexo A: Taxas de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes em 83 países.....	100
Anexo B: Relação de espécies botânicas.....	102

SIGLAS

CAERD – Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz

CGIAE – Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas

CMB – Casa da Mulher Brasileira

CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CRMP – Centro de Referência Maria do Pará

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

EEEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

KWIECO – Kilimanjaro Women Information Exchange and Community

Organization

MS – Ministério da Saúde

NBR – Norma Técnica Brasileira

NUSP – Núcleo Setorial de Planejamento

ONG – Organização Não Governamental

SEVISA – Sistema Estadual de Vigilância Sanitária

SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade

SNPM – Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

ZAU – Zona do Ambiente Urbano

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	A MULHER E SEUS DIREITOS EM SOCIEDADE.....	14
2.1.	Violência doméstica contra a mulher	14
2.2.	Lei Maria da Penha	18
2.3.	Casas Abrigo para Mulheres	20
2.4.	Programa “Mulher, Viver Sem Violência”	22
3.	REFERÊNCIAS DE PROJETO PARA UMA CASA ABRIGO DE MULHERES	24
3.1.	Casa da Mulher Brasileira – Brasil	24
3.2.	Casa Ada e Tamar De Shalit: Abrigo para vítimas de Violência Doméstica – Israel	30
3.3.	Organização de Consultoria e Intercâmbio de Informações de Mulheres de Kilimanjaro (KWIECO) – Tanzânia	32
3.4.	Centro das Mulheres – Senegal.....	35
3.5.	Centro de Oportunidade para Mulheres – Ruanda.....	38
3.6.	Casa Verde: Casa de Tratamento para Saúde Mental de Jovens Mulheres – Itália.....	41
3.7.	Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz – Belém, PA, Brasil.....	44
3.8.	Considerações finais acerca dos projetos	46
4.	PROPOSTA ARQUITETÔNICA	49
4.1.	Localização	49
4.2.	Parâmetros urbanísticos.....	51
4.3.	Programa de necessidades.....	52
4.4.	Setorização	57
4.5.	Organograma e fluxograma.....	59

4.6. Condicionantes ambientais	61
4.7. Partido arquitetônico.....	63
4.8. Acessos.....	70
4.9. Circulação	72
4.10. Iluminação e ventilação natural	75
4.11. Anteprojeto.....	77
4.11.1. Setor de atendimento	81
4.11.2. Setor administrativo.....	83
4.11.3. Setor de desenvolvimento	84
4.11.4. Setor de serviços.....	85
4.11.5. Setor social.....	86
4.11.6. Setor íntimo	87
4.11.7. Jardim central.....	88
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
6. REFERÊNCIAS	94
ANEXOS.....	100

1. INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher não respeita nacionalidade, classe social, idade, nível de escolaridade ou cor. É uma forma de agressão que se baseia apenas no gênero, ou seja, apenas por ser mulher. Os índices brasileiros referentes à violência contra a mulher são alarmantes. Segundo o Mapa da Violência de 2015, o Brasil está em 5º lugar entre 83 países (anexo A) com a maior taxa de homicídios de mulheres.

Em 2020, com o início da pandemia de COVID-19, o número de mulheres vítimas da violência teve um aumento significativo, mas a procura por ajuda não. Conforme o relatório “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, fruto de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o instituto de pesquisas Datafolha, mostra que, durante o primeiro ano de pandemia, 24,4% das mulheres brasileiras acima de 16 anos sofreram algum tipo de agressão dentro do lar e para 44,4% este período representou um aumento de momentos de estresse dentro de casa.

Contudo, apenas 24,7% das mulheres procuraram ajuda de um órgão oficial, enquanto 44,9% não tomou nenhuma atitude após a violência sofrida. De acordo com a SEGUP, a quantidade de Boletins de Ocorrência Policial de violência doméstica e familiar contra a mulher registrados na DEAM-Belém diminuiu em 2020 se comparado aos 3 anos anteriores (2017, 2018 e 2019). Durante esses anos, maio era o mês com o maior número de denúncias de violência doméstica. Já em 2020, em julho foi quando essa taxa atingiu seu ápice, coincidindo com o relaxamento das medidas de isolamento social. Sendo assim, são necessários a criação e o estímulo de novas formas de confrontar a violência doméstica em situações em que a vítima esteja impossibilitada de ir até um órgão oficial. (NORAT; ALMEIDA; ALMEIDA; RAMOS; BERNARDO, 2021).

A Lei Maria da Penha se tornou um marco em relação à garantia da segurança e dignidade da mulher, com alterações na legislação penal vigente na época, atribuindo políticas públicas mais eficazes de assegurar os direitos delas. Mesmo após 16 anos de sua sanção, a Lei Nº 11.340/2006 é o principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no país.

O programa "Mulher, Viver Sem Violência" tem como objetivo a ampliação e integração dos serviços prestados às vítimas, como previsto na Lei Maria da Penha. Um exemplo dessa integração é a Casa da Mulher Brasileira, que reúne diversos serviços de atendimento às mulheres no mesmo endereço.

O abrigo é considerado uma medida extrema de preservação da vida da vítima de violência doméstica e familiar, entretanto, é um ponto crucial dentro da assistência prestada a ela. Assim surgem as Casas Abrigo, oferecendo acolhimento, apoio e segurança às vítimas.

No Brasil, muitas das Casas Abrigo para mulheres atuais não possuem um projeto arquitetônico criado para este fim. Na maioria dos casos, são imóveis alugados e improvisados, gerando limitações ao programa de necessidades. E, no entanto, mesmo quando existe o projeto arquitetônico, ainda há certas falhas, como a replicação do mesmo projeto em regiões diferentes do país e a falta de adaptação, desconsiderando a cultura e clima locais, resultando na não identificação da comunidade por aquele lugar.

Os modelos de casa abrigo existentes hoje no Brasil ainda possuem um caráter fortemente institucional, tanto por falta de recursos como falta de interesse dos órgãos públicos em mudar este cenário. Além das habitações improvisadas, os moradores têm que seguir rigorosas regras que zelam pelo sigilo do seu endereço, o que garante sua segurança, mas acaba privando-os de sua liberdade.

Foram analisados sete projetos que são Casas Abrigo ou possuem similaridade com uma, seja em relação ao programa de necessidades, ao partido arquitetônico ou aos serviços prestados à comunidade: a Casa da Mulher Brasileira; a Casa Ada e Tamar De Shalit; a Casa Abrigo KWIECO; o Centro das Mulheres; o Centro de Oportunidade para Mulheres; a Casa Verde; e a Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz.

Esses projetos servirão de base para construir um repertório tanto do programa de necessidades quanto de referências projetuais que ofereçam suporte para a elaboração de projetos para o setor com maior qualidade e preferência dos grupos de mulheres envolvidos.

Belém não possui um local que tenha sido projetado para ser uma casa abrigo. Geralmente, são espaços adaptados que foram se moldando às

necessidades dos seus usuários. Considerando que muitos desses prédios não são adequados para a proposta do lugar, pensou-se em como a arquitetura pode interferir neste cenário e proporcionar um atendimento humanizado e acolhedor para essas pessoas tão fragilizadas.

Objetiva-se projetar uma casa abrigo que ampare e acolha mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em Belém - PA, proporcionando segurança física e psicológica para mulheres e seus filhos.

Objetivos específicos:

- Elaborar um local multifuncional que ofereça atendimento médico, psicológico e assistencial à mulher;
- Elaborar um local adequado capaz de atender as necessidades de mulheres vítimas de violência doméstica;
- Elaborar um local acolhedor que se afaste do modelo institucional.

Nos capítulos a seguir, serão tratados temas relevantes para a elaboração do projeto arquitetônico de uma casa abrigo pra mulheres vítimas de violência doméstica.

No capítulo 2, “A mulher e seus direitos em sociedade”, são expostos dados sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil e quais medidas o país tem tomado para inibir esse tipo de crime, o surgimento das primeiras leis que garantissem a integridade e a dignidade da mulher e como funciona o abrigamento de mulheres vítimas desse crime no país.

O capítulo 3, “Referências de projeto para uma casa abrigo de mulheres”, mostra sete modelos de abrigos pelo mundo. Apesar dos projetos terem sido concebidos para locais, culturas e condições socioeconômicas distintas, é possível identificar similaridades entre eles. Através da análise, nota-se que a falta de um lar seguro e acolhedor não pertence a apenas um grupo social ou nação.

O capítulo 4, “Proposta arquitetônica”, apresenta o projeto em si e toda as etapas que antecederam a sua concepção, o processo de criação, principais escolhas feitas e regulamentações locais e climáticas que contribuiram para o desenvolvimento arquitetônico.

2. A MULHER E SEUS DIREITOS EM SOCIEDADE

2.1. Violência doméstica contra a mulher

De acordo com o Artigo 5º da Lei Nº 11.340/2006, configura violência doméstica contra a mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

A violência contra a mulher não é um episódio recente, ela é tão antiga quanto a humanidade. Contudo, o cenário atual de combate a essa violência e busca da igualdade de gênero ganhou força apenas nas últimas décadas.

Os primeiros movimentos de luta pelos direitos da mulher começaram a aparecer durante a década de 1970, com o surgimento dos grupos de caráter feminista pelo país. Nesta época, também surgem os primeiros debates acerca da violência de gênero, expondo a opressão da mulher dentro do lar (FONSECA, 2015).

O Código Civil de 1916 ainda estava em vigor neste período e, numa relação conjugal, garantia a posse da mulher ao homem. Portanto, para que pudesse exercer seus direitos, a esposa estava subordinada à permissão do marido (CUNHA, 2014, p. 155). Logo, o que hoje se configura como crime, nos anos 1970 não era assim entendido.

Como exemplo, temos em 1976, o brutal assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz pelo seu ex-marido, Raul Fernando do Amaral Street (Doca) que não se conformou com o rompimento da relação e acabou por descarregar um revólver contra o rosto e crânio de Ângela. Sendo levado a julgamento foi absolvido com o argumento de haver matado em ‘legítima defesa da honra’. (PINAFI, 2012, p. 04)

Durante as décadas de 1980 e 1990, os serviços de proteção à mulher e políticas de igualdade de gênero passam a ser implementados, como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), Casas Abrigo, Defensoria Pública e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). No entanto, apenas na virada do século é que há uma maior aceitação de que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos. (UN WOMEN, 2016).

Nessa década, o debate ganha mais destaque com o surgimento da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003; o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, de 2005; a Lei nº 11.340, também conhecida por Lei Maria da Penha, sancionada em 2006; e, nove anos mais tarde, com a Lei do Femicídio.

As discussões sobre redes de serviços especializados no atendimento a mulheres começam a ganhar espaço no país nos anos 2000. Durante os anos 1980 e 1990 as políticas públicas para atendimento de mulheres em situação de violência eram fragmentadas e limitavam-se, na maior parte das localidades, na existência de Delegacias da Mulher e Casas Abrigo. (OBSERVATÓRIO LEI MARIA DA PENHA, 2011)

Em março de 2015, a Lei Nº 13.104, também conhecida como Lei do Femicídio, foi sancionada a fim de coibir os crimes contra a mulher. Esta lei altera o Código Penal Brasileiro (art. 121 do Decreto Lei Nº 2.848/40), que passa a considerar o feminicídio como uma forma específica de homicídio doloso, cujos motivos são baseados na violência doméstica e/ou intrafamiliar e no menosprezo pelo gênero feminino, e, em dezembro de 2018, a pena passou a ser maior do que nos crimes de homicídio.

Apesar de o crime “femicídio” constar na legislação, ele não existe nos atestados de óbitos fornecidos pelo sistema de saúde, já que apenas o sistema de justiça criminal é o responsável pela tipificação legal dos crimes dessa natureza. Portanto, para ajudar a identificar os casos no país, leva-se em conta a literatura internacional que entende que, majoritariamente, os homicídios realizados dentro das casas são executados por pessoas que a vítima conhece, ou seja, para a contabilização dos dados de feminicídio no Brasil são utilizados os números dos homicídios de mulheres cometidos dentro de suas residências. (IPEA, 2021).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o número de feminicídios tem aumentado no país nos últimos anos, apesar de uma leve queda em 2021. No entanto, não há como saber se, de fato, esses casos têm ocorrido com mais frequência ou se passaram a denunciar às autoridades casos que antes eram mantidos em sigilo. Esses dados alarmantes revelam que a sociedade brasileira

ainda se apresenta bastante sexista, indicando que a população ainda tem muito o que avançar no que se refere à igualdade de gênero.

Ao comparar os dados de 2016 e 2021, encontra-se um aumento de 24,74% dos casos de feminicídios em todo o território brasileiro. Já no Pará, o aumento foi ainda maior do que a variação nacional, de 30,61%, tornando-se o 9º estado com mais casos de feminicídios registrados em todo o país e o 1º na Região Norte.

Quadro 1: Números absolutos de casos de feminicídio, 2016-2021

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	929	1075	1229	1330	1354	1341
Pará	44	49	66	47	67	64

Fonte: Anuários Brasileiros de Segurança Pública, 2018, 2019, 2020, 2021. Adaptado pela autora.

Quadro 2: Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres, 2016-2021

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	0,9	1,0	1,2	1,2	1,3	1,2
Pará	1,1	1,2	1,6	1,1	1,5	1,5

Fonte: Anuários Brasileiros de Segurança Pública, 2018, 2019, 2020, 2021. Adaptado pela autora.

No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia e 4.936 foram mortas só em 2017, o número mais alto desde 2007. Com esse aumento de 30,7% da taxa de homicídios de mulheres na década de 2007 a 2017, a média nacional chega a 4,7 mortes por 100 mil habitantes. Este índice torna-se mais preocupante quando analisados os dados do Pará: 7,5 homicídios de mulheres a cada 100 mil habitantes. (IPEA 2019).

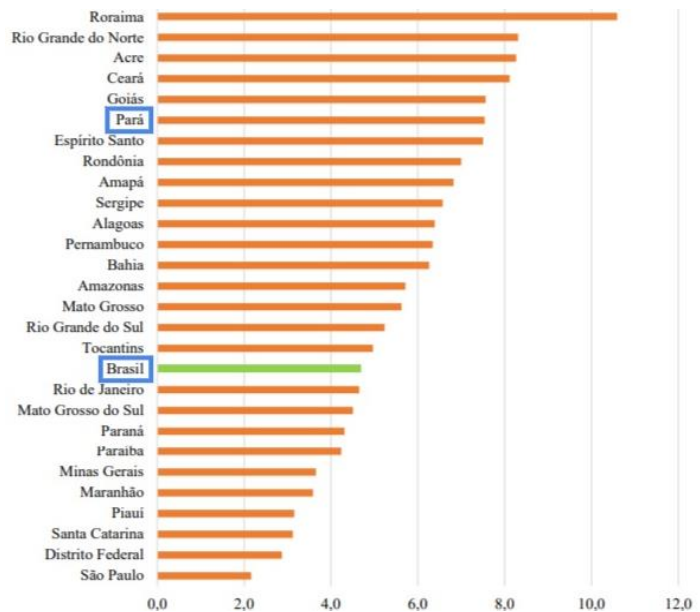
Quadro 3: Brasil - taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por UF, 2007-2017

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	4,5	4,7
Pará	4,0	4,6	4,8	6,0	4,8	5,9	5,8	6,2	6,4	7,2	7,5

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. IPEA 2019. Adaptado pela autora.

Com essa taxa muito acima da média, o Pará ocupa a 6ª posição no *ranking* dos Estados mais perigosos para a mulher e a 3ª entre os da Região Norte, ficando atrás somente de Roraima e Acre.

Gráfico 1: Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UFs – 2017



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. IPEA 2019.

No Pará, o atendimento às vítimas de violência doméstica ainda é muito limitado. Os motivos principais são a ampla extensão territorial do estado e o grande volume de hidrovias, que dificultam o acesso a muitas localidades. Portanto, a capital concentra um maior número de serviços desse gênero.

De acordo com o Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha, esses eram os serviços especializados encontrados em Belém até 2011:

- Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz: criada em 1997, foi a primeira casa abrigo criada na região Norte do país; seu endereço, em um imóvel alugado, é mantido em sigilo; e está apta a receber até 20 mulheres com filhos (as) com limite de 14 anos de idade;
- Centro de Referência Maria do Pará (CRMP): criado em 2008; seu atendimento abrange toda a Região Metropolitana; auxilia mulheres a partir de 18 anos; e oferece atendimento multidisciplinar através de uma equipe

formada por psicólogas, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, pedagoga e enfermeira, além da parceria com o Núcleo de Defensoria Pública;

- Promotorias Especializadas de Violência Doméstica e Familiar;
- Núcleo de Atendimento à Mulher da Defensoria Pública – NAEM;
- Equipe Multidisciplinar - Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Serviço Social - Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres.

2.2. Lei Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica bioquímica nascida em 1945, em Fortaleza, Ceará. Em 1983, sofreu dois atentados contra a vida após anos de agressões vindas do seu então marido, Marco Antonio Heredia Viveros, deixando-a paraplégica. Seu caso só foi julgado em 1991, mas a sentença foi anulada devido a alegações de irregularidades no processo. Em um segundo julgamento, em 1996, Marco Antonio foi condenado a 10 anos e 6 meses, porém, mais uma vez, saiu livre do fórum devido a recursos da defesa. Somente em 2002, 19 anos após os atentados, Heredia Viveros foi preso, mas cumpriu apenas dois anos da pena na prisão. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

Em 1998, o caso foi denunciado internacionalmente para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) e ganhou destaque mundial. Três anos mais tarde, em 2001, o Estado Brasileiro foi responsabilizado pela CIDH/OEA por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018).

Na época, a violência doméstica contra a mulher se enquadrava na Lei Nº 9.099/1995 e era considerada como crime de menor gravidade, logo, as penas eram brandas, como pagamento de cestas básicas ou trabalho voluntário. Entendia-se que a violência doméstica era um assunto privado e devia ser resolvido na intimidade do lar.

Neste contexto, começam a surgir os debates de que casos como o de Maria da Penha se configuram como violência de gênero, onde a mulher estaria muito

mais sujeita a esse tipo de agressão e os agressores não eram sentenciados de acordo com a gravidade de seus atos.

Em 2006, é criada a Lei Nº 11.340, também conhecida por Lei Maria da Penha, que estabelece diretrizes para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher e reconhece os seus direitos humanos. A Lei, ao criar recursos para prevenir e combater a violência desta ordem, assegura que o Estado pode intervir preventivamente a fim de evitar crimes mais graves e garantir a segurança da mulher.

A Lei Maria da Penha está dividida em sete títulos e abordam temas como a definição da violência no âmbito doméstico e familiar, a forma de atendimento e acompanhamento das vítimas ao longo do processo de enfrentamento da violência e medidas protetivas contra o agressor.

De acordo com o Artigo 7º da Lei, as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher são, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

(BRASIL, 2006)

A Lei Maria da Penha é o principal instrumento legal no país de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher. A Lei faz alterações em vários pontos da legislação penal, atribuindo meios mais eficientes de prevenção e repressão à violência contra a mulher no ambiente doméstico e familiar. Ela também estimula o atendimento multidisciplinar, constituído por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. (BRASIL, 2006).

2.3. Casas Abrigo para Mulheres

A Lei Maria da Penha representa um marco quanto à garantia da segurança e dignidade da mulher, com seus mecanismos que combatem a violência no ambiente doméstico e familiar, e do cumprimento dos direitos humanos fundamentais, sendo-lhes assegurada a sua integridade física e mental e a oportunidade de viver sem violência.

O abrigo é considerado uma medida extrema de preservação da vida da mulher. Nesse nível de assistência, o Estado intervém através da criação de Casas Abrigo, que dispõem de medidas de emergência para proteção e acolhimento das mulheres e seus filhos vítimas ou ameaçados de violência doméstica familiar, oferecendo moradia segura e temporária durante o período necessário para que elas retomem suas vidas. (SILVA, 2018).

A casa abrigo está apta a prestar serviços psicológico, social e jurídico, com encaminhamento para atividades profissionalizantes e programas de geração de renda, a fim de estimular a autonomia financeira daquelas mulheres. De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Abrigo:

O abrigo, portanto, não se refere somente aos serviços propriamente ditos (albergues, casas-abrigo, casas-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração, etc.), mas também inclui outras medidas de acolhimento que podem constituir-se em programas e benefícios (benefício eventual para os casos de vulnerabilidade temporária) que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar.

(BRASIL, 2011)

Em casos de risco iminente, o atendimento e acolhimento se estendem aos filhos das vítimas e as crianças passam a ter acompanhamento psicológico e pedagógico, já que deixam de frequentar a escola tradicional por questões de segurança.

Em 2018, existiam 153 Casas Abrigo em todo o território brasileiro, sendo elas distribuídas em 142 municípios, ou seja, menos de 2,5% da totalidade de municípios no país. Dessas 153 unidades, apenas 16 estavam localizadas na região Norte do Brasil, enquanto no Sudeste esse número saltava para 55 e na região Sul para 50. (IBGE, 2018)

O tempo médio de permanência das vítimas no abrigo é de 90 dias, podendo chegar até 180, enquanto aguardam o resultado de processos, decisões judiciais e expedições de medidas protetivas. As Casas-Abrigo não tem sua localização compartilhada como uma forma de proteção de suas moradoras em relação a seus agressores. É comum que as unidades de acolhimento troquem de endereço periodicamente, pois quando a comunidade local descobre sobre o que se trata aquele espaço, é gerado um estigma em relação às moradoras. Outro motivo é a descoberta dos próprios agressores sobre a localização de suas vítimas, o que pode expô-las a uma situação de risco. As mulheres não são permitidas a informar o endereço, não podem sair desacompanhadas e suas ligações telefônicas são monitoradas. O mais controverso dessa circunstância é que as vítimas perdem sua liberdade e passam a viver numa espécie de encarceramento enquanto seus algozes estão livres na rua.

Atualmente, existe um debate sobre a constante mudança de endereço das casas abrigo. Se, por um lado, essa troca de localização garantiria o sigilo e a

segurança das acolhidas, por outro, esses imóveis acabam por não possuir uma estrutura adaptada para as necessidades de seus usuários, resultando na precariedade das condições do lugar, impossibilitando a equipe responsável de implementar projetos que beneficiem os moradores, o que impacta diretamente na qualidade de prestação de serviços para aquela comunidade.

Em 2011, a Secretaria de Políticas para as Mulheres lançou as “Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência”, onde levanta o ponto sobre a obrigatoriedade do sigilo, já que ele não é uma garantia de segurança e proteção para as mulheres e seus acompanhantes. Outras estratégias podem ser mais eficazes, como a presença de policiais militares ou guarda municipal feminina, utilização de sistemas e tecnologias de segurança e uma melhor articulação com a comunidade, a fim de incentivar o enfrentamento da violência contra as mulheres e proteger as mulheres abrigadas.

2.4. Programa “Mulher, Viver Sem Violência”

O Decreto Nº 8.086 de 2013, lançado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), institui o programa “Mulher, Viver Sem Violência”, que tem como objetivo “integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em um cenário de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira”. (BRASIL, 2013).

O Programa atua em todas as unidades federativas. Conforme o Decreto Nº 8.086/2013, os eixos de atuação do Programa são:

I - implementação das Casas da Mulher Brasileira, que consistem em espaços públicos onde se concentrarão os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência;

II - ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;

III - organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual;

IV - ampliação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteiras Secas, que consistem em serviços especializados de

atendimento às mulheres nos casos de violência de gênero, incluídos o tráfico de mulheres e as situações de vulnerabilidades provenientes do fenômeno migratório;

V - promoção de campanhas continuadas de conscientização do enfrentamento à violência contra a mulher

(BRASIL, 2013)

O programa “Mulher, Viver Sem Violência” é de extrema relevância para a criação e ampliação do atendimento às mulheres em um contexto de risco, ele reflete o comprometimento da Lei Maria da Penha em criar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher através de competências Federais, Estaduais e Municipais, aliadas a iniciativas não governamentais.

Um dos mais importantes atos feitos pelo Programa foi a criação da Casa da Mulher Brasileira, que reúne no mesmo espaço os diferentes serviços públicos oferecidos às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso ao atendimento especializado.

3. REFERÊNCIAS DE PROJETO PARA UMA CASA ABRIGO DE MULHERES

No Brasil, é comum que os abrigos para mulheres sejam adaptações de prédios pré-existentes, onde não há uma preocupação com as necessidades desse grupo na elaboração do projeto, o que acaba resultando em espaços não humanizados e não acolhedores.

Este capítulo apresenta projetos que servirão de referência para a criação de um novo abrigo. O estudo contribui para a composição de um repertório que possa identificar como a Arquitetura pode auxiliar para receber e acolher a vítima e sua família em um lugar que rompa com o caráter institucional e se aproxime do conceito de “Lar”, sem ignorar a identidade delas em um contexto de moradia coletiva.

Através desta análise, procura-se entender melhor como surgiram as soluções para o programa de necessidades e a organização dos espaços dentro de um abrigo, assim como a segurança, o acolhimento, o desenvolvimento pessoal e financeiro da mulher no mesmo local, com o intuito de que, ao final, seja possível projetar um lar adequado que atenda o seu público.

3.1. Casa da Mulher Brasileira – Brasil

A Casa da Mulher Brasileira faz parte do programa “Mulher, Viver Sem Violência” do Governo Federal, e consiste “em espaços públicos onde se concentrarão os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência”. (BRASIL, 2013, s.p.).

Este novo formato de suporte às vítimas de abusos domésticos oferece serviços não apenas voltados a coibir a agressão, mas também que estimulem a independência financeira da mulher e sua autossuficiência. De acordo com o Decreto 8.086 de 2013, as CMB poderão contar com:

I - serviços de atendimento psicossocial;

II - alojamento de passagem;

III - orientação e direcionamento para programas de auxílio e promoção da autonomia econômica, de geração de trabalho, emprego e renda;

IV - integração com os serviços da rede de saúde e socioassistencial; e

V - A presença de órgãos públicos voltados para as mulheres, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Juizados e Varas Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Promotorias Públicas Especializadas da Mulher e as Defensorias Públicas Especializadas da Mulher.

(BRASIL, 2013, s.p.)

Em 2015, foram inauguradas as primeiras Casas da Mulher Brasileira, uma em Campo Grande (MS) e outra em Brasília (DF). O Programa previa a construção de uma unidade em cada estado e no Distrito Federal. Entretanto, segundo o Plano Plurianual 2016-2019, das 25 unidades restantes, apenas cinco foram construídas até dezembro de 2018. Atualmente, somente as CMB do Mato Grosso do Sul e do Maranhão estão com seus serviços em pleno funcionamento, o restante ou funciona parcialmente ou está fechado devido à falta de manutenção e verbas.

Figura 1: Fachada – Casa da Mulher Brasileira, Brasília, 2015



Fonte: Arcoweb, 2015.

A CMB acolhe mulheres vítimas ou que estejam suscetíveis à agressão e oferece suporte através de atendimentos nas áreas de saúde, assistência social, justiça, e incentiva a autonomia financeira encaminhando-as a cursos de capacitação. A Casa reúne, em um só espaço, os serviços e etapas essenciais que a mulher necessita para enfrentar a violência, evitando sua exposição e sofrimento em um momento tão delicado. Contudo, por prestar serviços que requerem a

presença do acusado, como delegacias e salas de audiências, o agressor acaba tendo acesso àquele ambiente que seria de proteção e segurança.

O apoio disponibilizado às mulheres se estende aos seus dependentes, com uma sala recreativa que garante um lugar mais seguro e tranquilo para as crianças. O serviço funciona 24 horas por dia e fornece alojamento temporário por até 48 horas, após esse intervalo, a vítima deve procurar um abrigo permanente.

A Casa possui um projeto básico padrão, elaborado pelos arquitetos Raul Holfiger, do Banco do Brasil, Marcelo Ponte e Valéria Lama, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), que seria replicado em cada capital do Brasil, podendo sofrer alterações para se adequar às condições do terreno de cada cidade. No entanto, essa padronização não leva em conta as particularidades das regiões do país, ignorando a cultura, costumes e o clima local de cada estado.

As paredes externas são todas em alvenaria estrutural, um sistema construtivo comum em obras públicas devido ao seu baixo custo e redução do tempo de construção. Já as paredes internas são de *dry wall*, de fácil instalação e remoção, uma boa opção para repartições públicas. A única exceção é a sala multiuso no pavilhão ao fundo, todas suas quatro paredes são de alvenaria. A fachada conta com uma cobertura ondulada, de estrutura metálica, nas cores verde, amarela e roxa, e paredes brancas.

Figura 2: Cobertura ondulada – Casa da Mulher Brasileira, Brasília, 2015



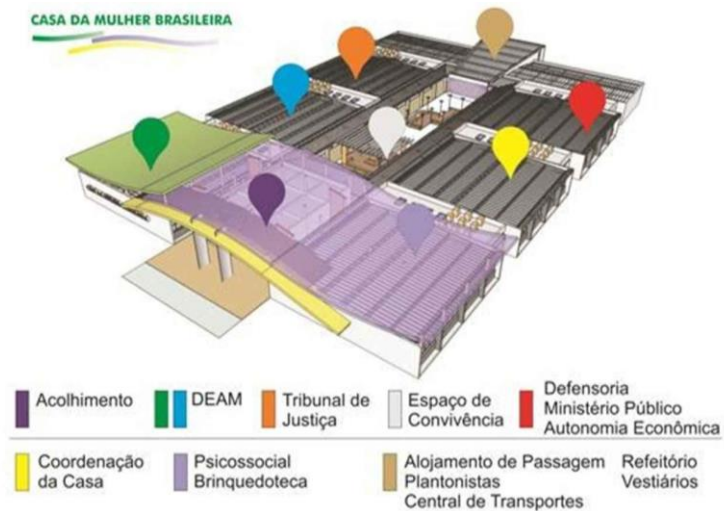
Fonte: Arcoweb, 2015.

Os serviços disponibilizados pela CMB estão organizados em nove setores, distribuídos em oito blocos e mais uma área de socialização dentro do complexo. Os setores são organizados por:

1. Acolhimento e triagem (cor roxa);

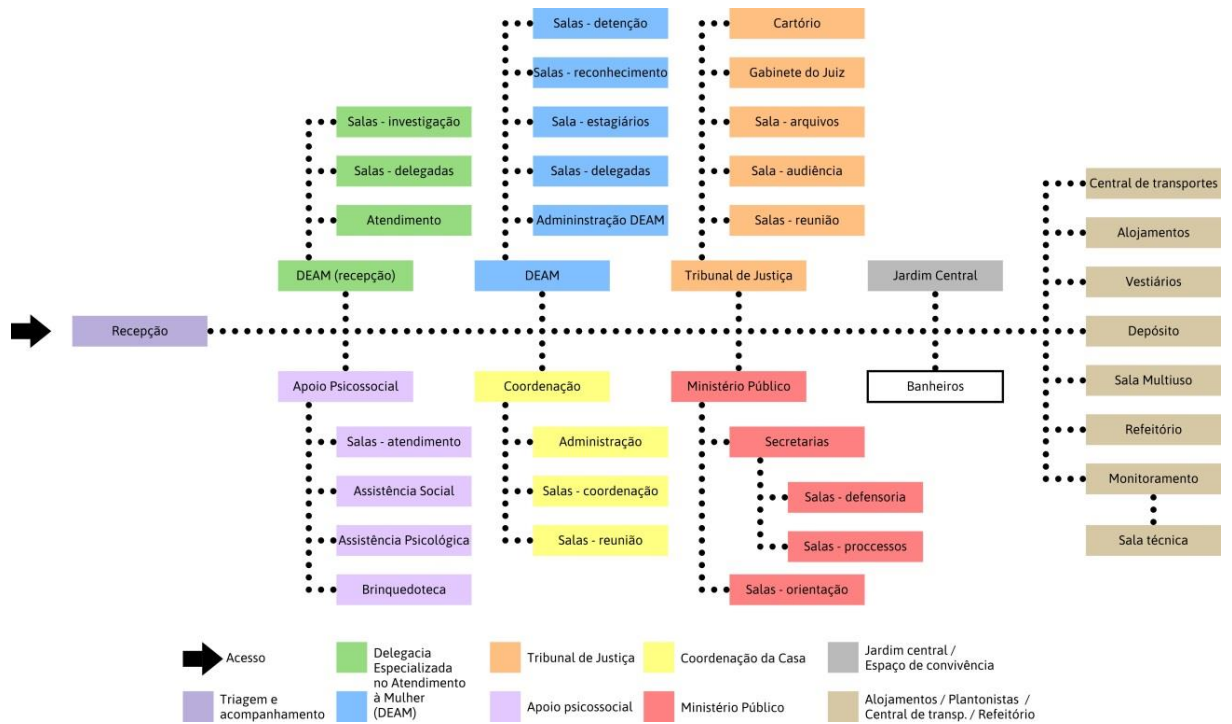
2. DEAM: área de atendimento especializado e registro de ocorrências (cor verde);
3. DEAM: área administrativa, sala de investigação, sala de reconhecimento de suspeitos, e salas de detenção temporárias (cor azul);
4. Apoio psicossocial: (cor lilás);
5. Coordenação da casa: (cor amarela);
6. Tribunal de Justiça (cor laranja);
7. Defensoria e Ministério Público: (cor vermelha);
8. Apoio às vítimas: alojamento provisório, atendimento médico, refeitório, central de transportes, sala multiuso (cor marrom);
9. Área de convivência com jardim (cor cinza).

Figura 3: Setorização – Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Arcoweb, 2015.

Figura 4: Organograma e setorização – Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Elaborado pela autora.

O projeto possui uma planta simétrica, onde os arquitetos utilizaram seis módulos de 16x16 metros para criar os pavilhões no entorno de um jardim central, cada um correspondendo a um setor com prestação de serviços distintos. À frente está a recepção em um bloco de 10x13 metros. Ao fundo do lote, localiza-se um pavilhão retangular de 11x37 metros, onde estão os alojamentos, sala multiuso, central de transportes, serviço de assessoria econômica, vestiários, depósito, refeitório e sala técnica para funcionários.

Figura 5: Planta baixa – Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Banco do Brasil, 2014. Adaptado pela autora.

3.2. Casa Ada e Tamar De Shalit: Abrigo para vítimas de Violência Doméstica – Israel

Localizado em Tel Aviv-Jaffa, Israel, a Casa Ada e Tamar De Shalit é um projeto de 2018, elaborado pelos arquitetos da Amos Goldreich Architecture, e serve de sede para a ONG “No To Violence”, que luta contra o abuso doméstico. O abrigo recebeu esse nome como uma forma de homenagem do arquiteto responsável pelo projeto a sua avó e sua mãe (Ada e Tamar), duas feministas que eram envolvidas em causas humanitárias em Israel.

Uma das premissas do projeto era prover um local seguro com aspecto de lar, se distanciando da ideia de prisão, uma vez que, por motivos de segurança, seus residentes ficariam a maior parte do tempo dentro da propriedade. O Abrigo foi construído numa área residencial e tranquila, num formato similar a uma pequena aldeia e com um jardim central que estimula a interação entre os moradores. E, para manter a privacidade e a dinâmica natural das famílias, os alojamentos foram separados das áreas comuns do abrigo.

O conceito do Abrigo é a criação de duas fachadas: uma externa e uma interna. A primeira seria mais sóbria, com muros altos e sem muitas aberturas para a rua, dando uma sensação de segurança e proteção. Já a fachada interna possui uma aparência mais humanizada, com o jardim central e as acomodações voltadas para ele.

Figura 6: Fachada – Casa Ada e Tamar De Shalit



Fonte: Amos Goldreich Architecture, 2018.

O Abrigo é formado por dois volumes, o primeiro é a administração e outro comporta as acomodações. Essa divisão é bem evidente e permite que as atividades de cada setor ocorram de forma independente, dando privacidade às moradoras e suas famílias. O prédio da área administrativa, com dois pavimentos, é onde está a entrada do complexo. No térreo estão quatro escritórios, copa, banheiro, depósito e o berçário, que tem acesso ao *playground* para crianças. O pavimento superior conta com mais seis escritórios, uma segunda copa e uma sala de reuniões.

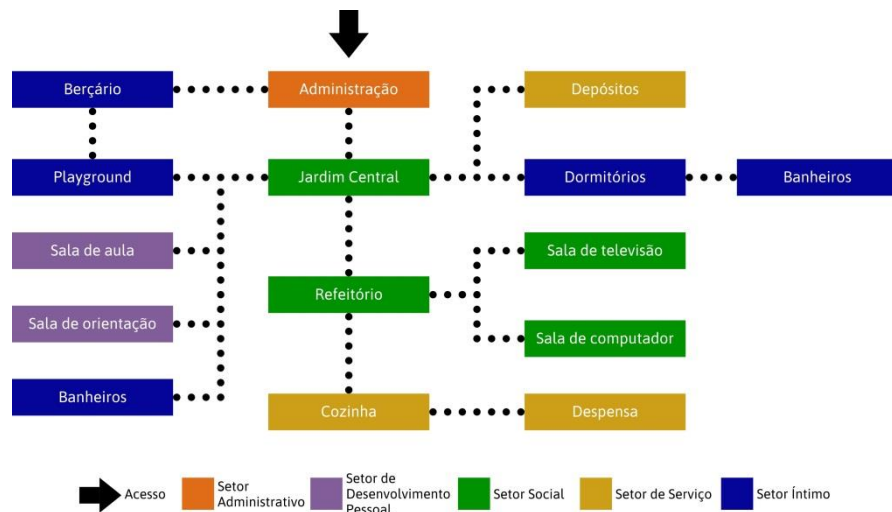
O segundo prédio se desenvolve a partir do jardim central, com um corredor que faz a transição do “dentro e fora” e conecta todos os ambientes. Neste bloco estão doze alojamentos, chamados de “casas”, cada um destinado a uma família; refeitório; cozinha; depósitos/despensas; lavanderia; sala de televisão; sala com computador; salas de aula; e sala de orientação.

Figura 7: Plantas baixas do térreo e do pavimento superior – Casa Ada e Tamar De Shalit



Fonte: Amos Goldreich Architecture, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 8: Organograma e setorização – Casa Ada e Tamar De Shalit



Fonte: Elaborado pela autora.

3.3. Organização de Consultoria e Intercâmbio de Informações de Mulheres de Kilimanjaro (KWIECO) – Tanzânia

KWIECO, fundada em 1987, na cidade de Moshi, Tanzânia, é uma organização não governamental que tem como princípio fundamental defender os direitos humanos, promover a justiça econômica e estabelecer igualdade de gênero para mulheres e crianças.

A Tanzânia é um país africano onde a sociedade ainda vive sob a forte influência do patriarcado e antigas tradições, e a violência contra mulheres é permitida social e culturalmente, violando suas vidas, liberdade e segurança. O número de mulheres vítimas de violência doméstica que procuram ajuda da KWIECO tem aumentado a cada ano e a organização busca atendê-las o máximo possível, disponibilizando auxílio social, médico, psicológico e jurídico, além de oferecer acolhimento e proteção em um complexo de abrigo temporário.

Em 2008, a KWIECO junto com a ONG Ukumbi, uma organização sem fins lucrativos, formada por arquitetas finlandesas, elaboraram o projeto da casa abrigo KWIECO, que através de captação de recursos e o auxílio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da Finlândia, foi possível iniciar a primeira fase do projeto.

O projeto levou em conta o clima e a cultura local, fazendo uso de energias renováveis e materiais, mão de obra e conhecimentos locais, dando oportunidade

para a comunidade fazer e se sentir parte daquele projeto, atuando desde a elaboração até a construção do abrigo.

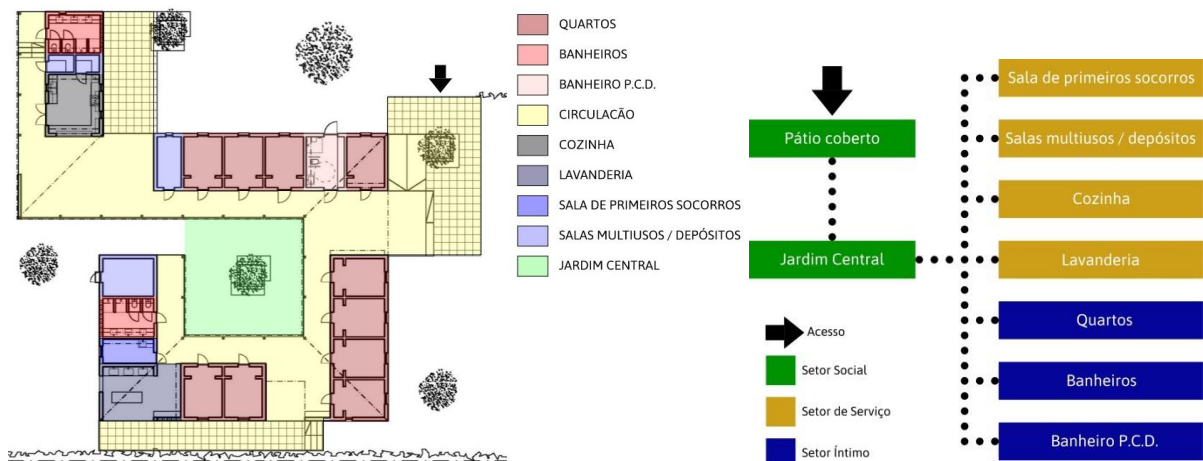
Figura 9: Fachada – KWIECO



Fonte: Archdaily, 2015.

A primeira fase do projeto, concluída em 2015, se desenvolve a partir de um pátio central aberto, com um corredor em seu entorno que conecta todos os ambientes. Esta etapa conta com um pavimento térreo com dez quartos, dois banheiros coletivos, um banheiro PCD, uma cozinha, uma lavanderia, uma sala de primeiros socorros, quatro salas/depósitos e pátios internos, que oferecem proteção de sol e chuva e possibilitam a circulação de ventilação natural no prédio. O projeto apresenta muitas áreas verdes devido à condição climática local (calor e ventos intensos), que permite que boa parte das atividades seja feita ao ar livre.

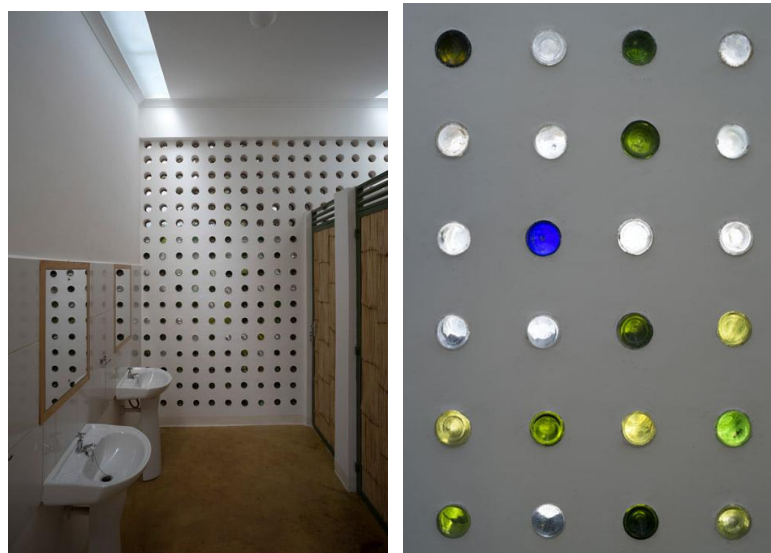
Figura 10: Planta baixa da primeira etapa, organograma e setorização - KWIECO



Fonte: Archdaily, 2015. Adaptado pela autora.

A cobertura de estrutura metálica possui recortes que permitem a entrada de luz natural, minimizando a necessidade de eletricidade, assim como a água que é aquecida através de energia solar. Apesar da arquitetura simples, a proposta valoriza a cultura e elementos locais utilizando materiais da região, como portas revestidas com bambu e forro de folhas de bananeira em alguns quartos. Em uma das paredes do banheiro, utilizaram-se peças de vidro feitas de garrafas recicladas, criando um painel decorativo e levando a luz solar para dentro do ambiente.

Figura 11: Reutilização de material – KWIECO



Fonte: Archdaily, 2015.

Figura 12: Interior do abrigo – KWIECO

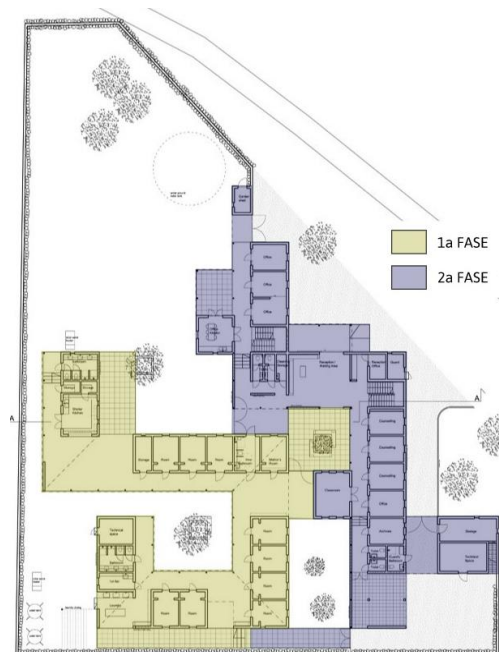


Fonte: Archdaily, 2015.

A segunda e última fase do projeto ainda está em fase de arrecadação de recursos. Nesta etapa, pretende-se construir espaços para educação e capacitação da comunidade, com mais dois pátios com área verde, além de escritórios para que a organização continue com seu trabalho de defesa dos direitos da mulher.

A primeira etapa do projeto foi executada mais ao fundo do lote, cercada por vegetação para garantir privacidade e proporcionar um ambiente seguro com a proteção e cuidados que esses moradores necessitam. Já a segunda etapa será construída com os mesmos materiais e técnicas anteriores, e, por estar localizada mais à frente do terreno, servirá com uma proteção extra para os moradores do abrigo.

Figura 13: Primeira e segunda fase do projeto – KWIECO



Fonte: Architectural Review, 2016. Adaptado pela autora.

3.4. Centro das Mulheres – Senegal

O Centro das Mulheres, inaugurado em 2001, foi construído no subúrbio de Rufisque, Senegal, e foi elaborado pela ONG Ukumbi, de responsabilidade das arquitetas finlandesas Hollmen, Reuter e Sandman. Assim como KWIECO, este projeto também foi financiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Finlândia, bem como a Associação Senegalês-Finlandesa ARC, além de ter recebido doações

de fundações e dos habitantes da região. (Hollmen Reuter Sandman Architects, 2001)

As arquitetas definiram o programa de necessidades junto à comunidade, decidindo quais os melhores usos para cada espaço. Um dos objetivos definidos foi que o de suprir a necessidade de um lugar onde as organizações de mulheres pudessem exercer suas atividades, incentivar seu desenvolvimento e lhes gerar renda. O Centro também estimula a perpetuação da cultura e socialização da população local através de realização de eventos aos finais de semana que acolhem toda a comunidade: homens e mulheres, crianças e adultos.

Figura 14: Fachada e interior – Centro das Mulheres



Fonte: VARANDA, 2004.

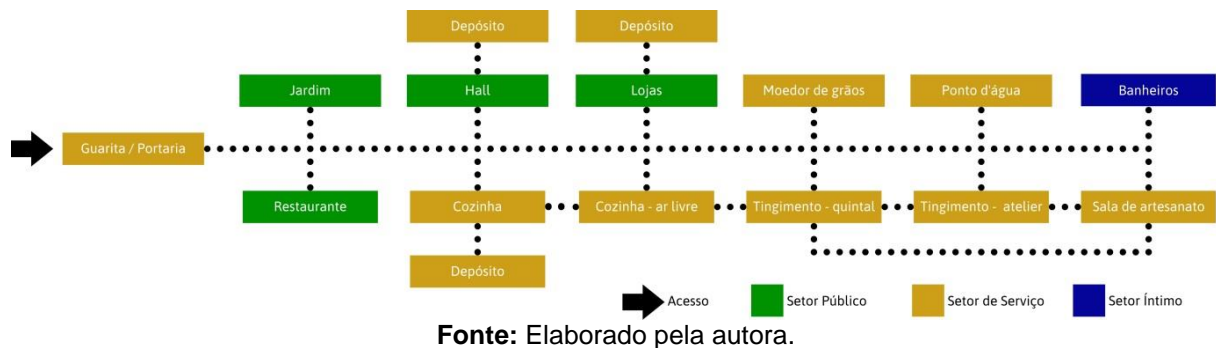
O Centro é composto por três blocos de um pavimento, conectados pela cobertura de estrutura metálica, que juntos têm forma de U e possuem 220m² de área construída em um terreno trapezoidal de 670m². O acesso ao local é controlado através da guarita, na esquina do lote, e é o único volume que possui laje de concreto devido a sustentar o reservatório de água. Na esquina oposta à guarita estão os banheiros, um com entrada reservada para os frequentadores do Centro e o segundo voltado para a rua, com acesso livre ao público.

Figura 15: Planta baixa – Centro das Mulheres



Fonte: VARANDA, 2001. Adaptado pela autora.

Figura 16: Organograma e setorização – Centro das Mulheres



Durante a elaboração do projeto, as arquitetas deram importância ao clima, materiais e técnicas construtivas locais, com base nas habitações tradicionais do país e no conforto climático. Como a madeira, que é usada apenas onde não há outro material que possa substituí-la, já que é um material escasso na região e de alto valor. Portanto, as esquadrias deste projeto são metálicas, uma opção mais comum e viável financeiramente no local.

Devido ao período das chuvas na região, o prédio foi construído num nível mais elevado para se proteger das inundações e a fundação foi feita com pilares para garantir a segurança do Centro, já que o solo é muito instável. As paredes do complexo são de blocos de concreto, feitas *in loco*, e o piso do pátio central é

resultado de técnicas locais, feito com concreto, areia e conchas esmagadas. (VARANDA, 2004).

Um muro faz o fechamento do terreno e acaba gerando segurança e privacidade a quem está dentro do Centro. Para permitir a ventilação no interior do lote, os muros de concreto foram trabalhados de modo que tivessem um detalhe vazado que se assemelha ao cobogó. A simplicidade das formas da fachada se adapta muito bem no entorno e a cor vermelha dos blocos e muros dá uma identidade única ao Centro entre as outras casas cinza da cidade. (Hollmen Reuter Sandman Architects)

Figura 17: Ritmo na fachada e cobogós de concreto – Centro das Mulheres



Fonte: Ukumbi, 2001.

A cobertura, que tem altura de até 4,5 metros é de metal corrugado sustentado por uma estrutura metálica e o forro é de palha, com um espaço que permite a circulação de ar entre essas duas camadas, o que deixa o ambiente com uma temperatura mais amena. A cobertura alta combinada à técnica de circulação de ar do telhado, ao cobogó de concreto e às áreas sombreadas no terreno, permite que a ventilação seja cruzada e o clima seja agradável dentro do complexo.

3.5. Centro de Oportunidade para Mulheres – Ruanda

Inaugurado em 2013, o Centro de Oportunidade para Mulheres, projeto da arquiteta Sharon Davis e localizado em Kayonza, Ruanda, oferece alojamento e um espaço de encontros para mulheres sobreviventes da guerra, onde aprendem novas formas de gerar renda e, assim, reconstruir suas vidas.

O projeto tem como objetivo a capacitação feminina dessa comunidade semirrural, disponibilizando educação e novas oportunidades de formação para até 300 mulheres, a fim de torná-las economicamente independentes.

A arquiteta levou em conta os materiais construtivos locais disponíveis para a elaboração do projeto. Na construção, foram utilizados 450 000 tijolos de barro produzidos *in loco*, através de mão de obra feminina e técnicas locais. Com isso, as mulheres frequentadoras do Centro se profissionalizaram, ganharam experiência e estão aptas para trabalhar nesse mercado.

Figura 18: Pavilhões – Centro de Oportunidade para Mulheres

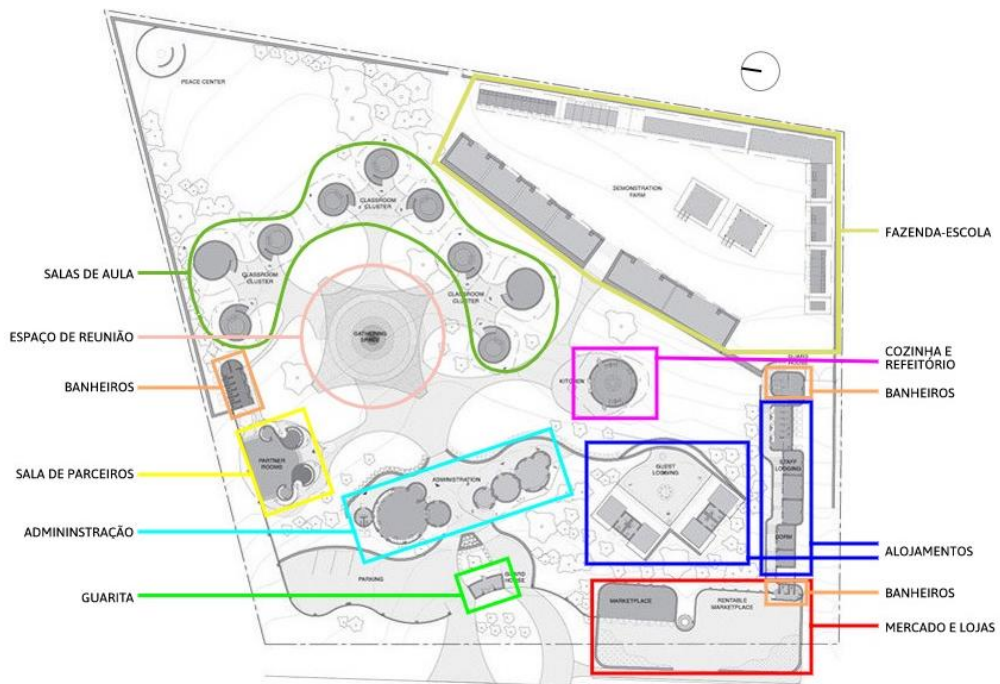


Fonte: Archdaily, 2013.

O Centro possui 17 pavilhões circulares distribuídos no terreno de forma que simule uma típica aldeia de Ruanda, estimulando a integração e a vida em comunidade entre seus frequentadores. O complexo é composto por salas de aula, espaços ao ar livre, feiras de pequenos produtores e artesanatos, e alojamento de hóspedes.

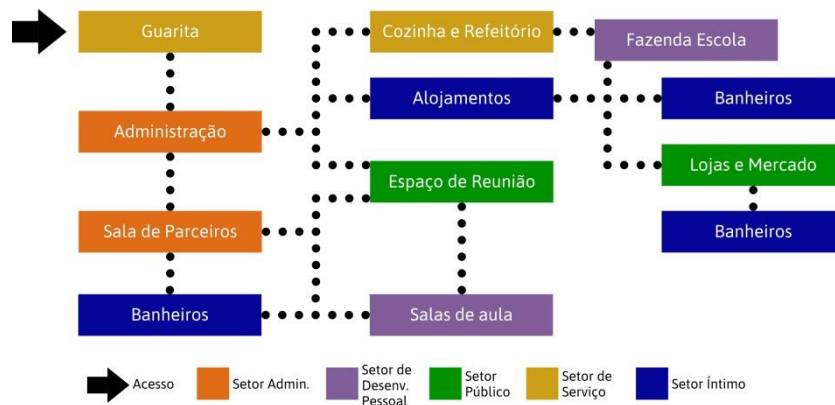
Ao centro do terreno, há uma área aberta que serve como local de reunião ou ponto de encontro da comunidade, onde a população de Kayonza possa celebrar sua cultura com as danças e músicas tradicionais.

Figura 19: Layout e setorização no terreno – Centro de Oportunidade para Mulheres



Fonte: Designboom, 2011. Adaptado pela autora.

Figura 20: Organograma e setorização – Centro de Oportunidade para Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Os pavilhões de sala de aula não possuem janelas, entretanto, a cobertura elevada e as fendas na alvenaria permitem a entrada da luz natural e a circulação de vento. Cada sala de aula pode comportar até 20 mulheres.

Figura 21: Pavilhão de sala de aula – Centro de Oportunidade para Mulheres



Fonte: Archdaily, 2013; Architizer, 2013.

O projeto também apresenta soluções sustentáveis para problemas como a escassez da água, através de um telhado adaptado onde coleta e trata a água da chuva, deixando-a pronta para o consumo, além de banheiros de compostagem com baixo impacto ambiental.

3.6. Casa Verde: Casa de Tratamento para Saúde Mental de Jovens Mulheres – Itália

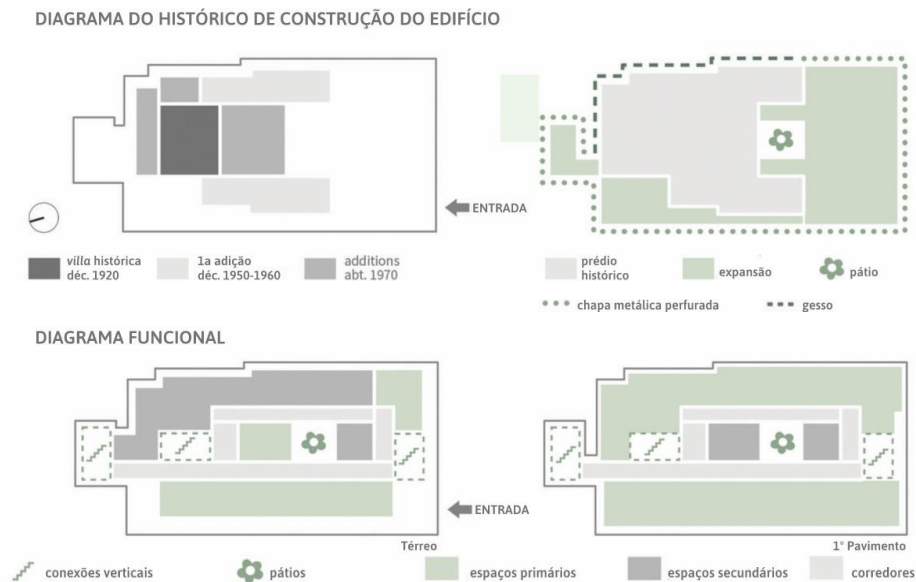
A Casa Verde, San Miniato, Itália, é um projeto de 2016 do escritório LDA.iMda. O projeto busca recuperar um antigo orfanato construído numa região montanhosa e requalificar o lugar, gerando novos espaços que atendam às necessidades da Casa de Tratamento.

O nome Casa Verde está relacionado ao meio em que se localiza, com floresta e árvores centenárias em seu entorno. O andar superior do edifício tem fachada ventilada com painéis de chapas metálicas perfuradas em diferentes tons de verde, uma intenção do arquiteto em simular as copas das árvores e inserir o volume na paisagem local.

Figura 22: Fachada – Casa Verde

Fonte: Architizer, 2017.

O antigo edifício data de 1920 e, ao longo do século, alterações foram feitas e novos volumes foram adicionados ao original. Nesta última expansão, a planta original foi mantida com seus materiais e formas do século passado e acrescentou-se três novos volumes, estes já com materiais e formas mais próximos à cultura contemporânea.

Figura 23: Diagramas – Casa Verde

Fonte: Archidaily, 2018.

No pavimento térreo, estão localizados os ambientes com maior fluxo de usuários, como a sala de estar com a entrada do complexo, os dois refeitórios e a academia. Já em relação aos espaços de serviço, está a cozinha com despensas,

uma grande área de lavanderia, áreas técnicas, escritório, sete banheiros, dois vestiários, quatro depósitos e quatro salas de terapia. As paredes térreas Noroeste e Sul são revestidas por pele de vidro, permitindo a entrada de luz solar e aproximando o interior do prédio com a vegetação nativa do exterior.

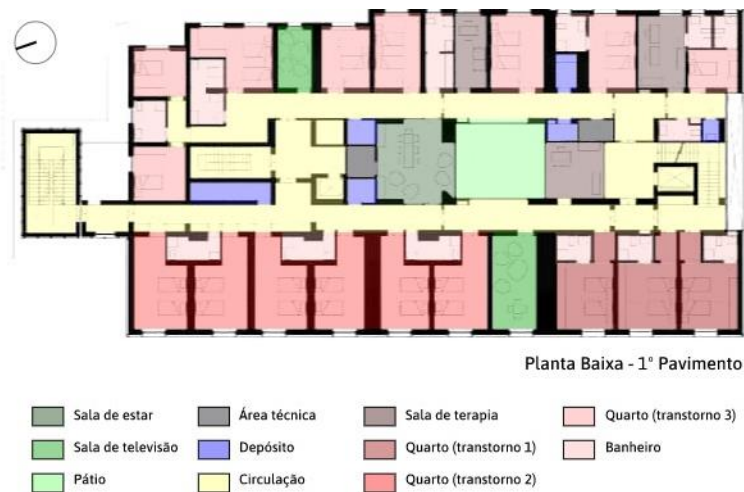
Figura 24: Planta baixa do térreo – Casa Verde



Fonte: Archidaily, 2018. Adaptado pela autora.

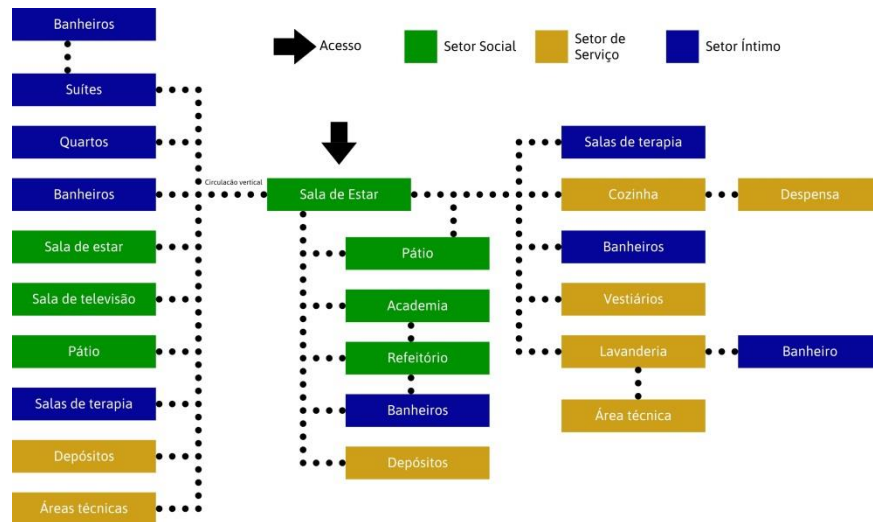
O primeiro pavimento tem um caráter mais privado do que o anterior. Neste andar se localizam 17 quartos, individuais e duplos, divididos em três setores, cada um para um tipo de transtorno; 13 banheiros; sala de estar; sala de televisão; pátio; salas de terapia; salas de depósito; e áreas técnicas.

Figura 25: Planta baixa do primeiro pavimento – Casa Verde



Fonte: Archidaily, 2018. Adaptado pela autora.

Figura 26: Organograma e setorização – Casa Verde



Fonte: Elaborado pela autora.

3.7. Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz – Belém, PA, Brasil

A Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (CAERD) foi o primeiro serviço de acolhimento público para mulheres vítimas de violência doméstica a ser criado na região Norte do país, em 1997, e é administrada pela Prefeitura de Belém. Seu nome é uma homenagem à adolescente Emanuelle Rendeiro Diniz, morta aos 14 anos de idade em 1992, vítima de violência sexual.

A CAERD busca garantir a integridade física e moral da mulher e seus acompanhantes através de atendimento psicológico, jurídico, social e material; assim como prevenir a continuidade das situações de risco através de ações que fortaleçam o verdadeiro valor e direitos da mulher.

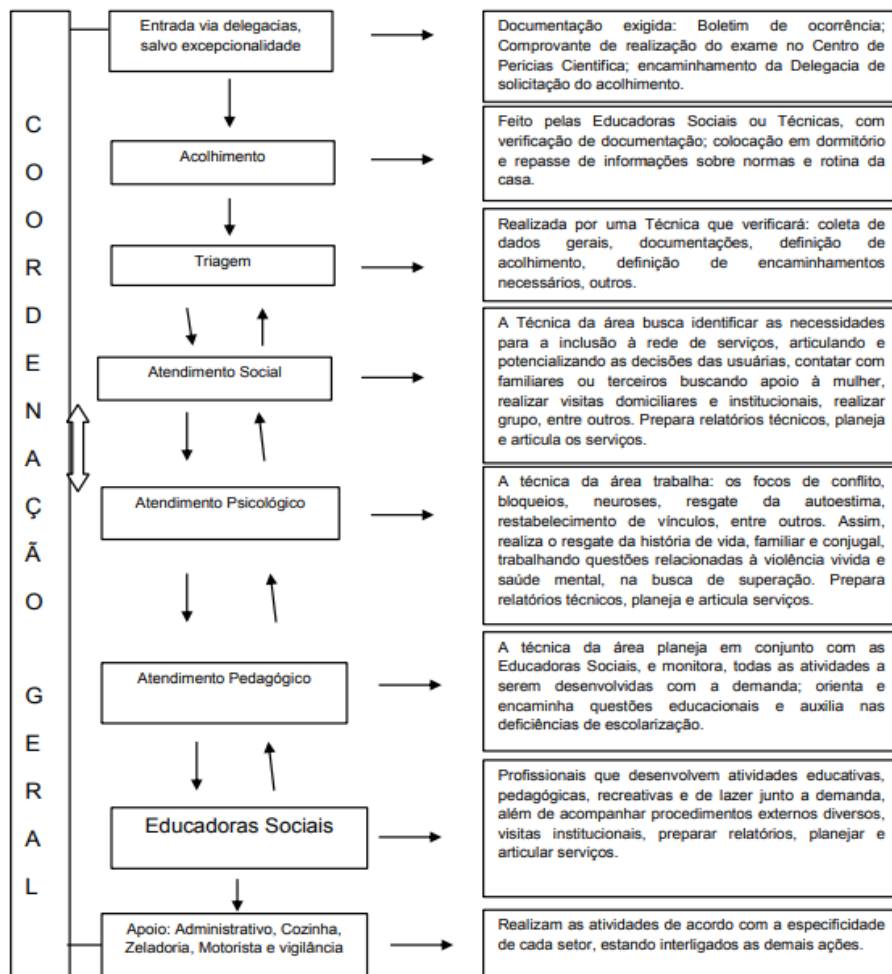
A CAERD proporciona acolhimento provisório por até 90 dias (podendo ser prorrogado para 180 dias), com capacidade para 20 mulheres adultas (Observatório da Lei Maria da Penha, 2011), acompanhadas ou não de seus filhos com até 14 anos de idade incompletos e a outros familiares do sexo feminino que residam no mesmo domicílio e que se encontram em risco ou ameaças de violência ou morte por conta da violência doméstica e familiar (SANTOS, 2019). O encaminhamento para a casa abrigo é feito pela DEAM.

Em 2009, a CAERD foi incluída na tipificação dos serviços socioassistenciais como um serviço de proteção social de alta complexidade (SANTOS, 2019),

portanto, a localização da casa abrigo é sigilosa e de acesso restrito aos seus próprios servidores e funcionários de órgãos responsáveis pela manutenção do local. Outro fator relevante que possibilita manter o caráter sigiloso da casa abrigo é a troca de endereço constante. Dessa forma, torna-se mais difícil para o agressor descobrir onde sua vítima reside.

Devido ao sigilo e controle do acesso ao local, não foi possível encontrar ou realizar um levantamento da estrutura da casa abrigo. Contudo, em seu artigo de 2019, Santos descreve o fluxo de atendimento dos serviços prestados pela CAERD, o que permite ter certo entendimento de como funciona o fluxo de pessoas dentro desse espaço construído.

Figura 27: Fluxo de atendimento – CAERD



Fonte: Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (SANTOS, 2019).

3.8. Considerações finais acerca dos projetos

Os projetos selecionados para análise foram elaborados com o intuito de prover acolhimento, desenvolvimento humano e cuidados físicos e mentais. No geral, estas são propostas de locais seguros e acolhedores, que oferecem respeito quanto à individualidade de cada morador.

A divisão entre o público e o privado é bem clara, os serviços específicos de cada setor são desenvolvidos de forma independente sem que haja interferência entre eles. Os ambientes mais íntimos, como os dormitórios, têm o acesso limitado e ficam fora da vista do público comum, sendo instalados, geralmente, ao fundo do lote ou em pavimentos superiores.

As casas de acolhimento possuem fachadas mais simples e sem muitas aberturas para as vias. A premissa desses locais é a de que seus moradores se sintam seguros e protegidos, portanto, evitar a exposição é uma regra. Nesses casos, o projeto é elaborado para dentro do lote, onde se localiza uma área aberta de convivência e os prédios se desenvolvem em seu entorno, incentivando o convívio e a socialização dessas pessoas.

Convém mencionar a preocupação dos arquitetos em prover espaços de desenvolvimento e qualificação para os usuários dos diferentes projetos, oferecendo serviços como biblioteca, salas de aula, auditórios e áreas abertas para reuniões ao ar livre. Além da importância dada à formação profissional, há uma atenção especial em relação à saúde mental através de ofertas de cuidados psicológicos, uma vez que os frequentadores desses lugares se encontram em uma situação de vulnerabilidade e riscos.

Outro ponto relevante nos projetos estudados é a criação de espaços próprios para as crianças, como *playground*, brinquedoteca e áreas abertas. Inclusive, a Casa KWIECO conta com um berçário, logo, permite que as mulheres com crianças pequenas possam sair do abrigo para procurar emprego enquanto seus filhos estão em um lugar protegido e próprio para eles.

Os programas de necessidades revelam o alto grau de complexidade de um abrigo, uma vez que reúne vários serviços no mesmo endereço. Como a Casa da Mulher Brasileira, que, apesar de algumas falhas, demonstra que ter todas as etapas

de auxílio às vítimas em um mesmo espaço é o grande diferencial para um atendimento mais efetivo.

Uma similaridade entre os projetos é a fachada discreta e sem muitos elementos decorativos. A Casa Ada e Tamar De Shalit possui uma arquitetura muito similar com as do seu entorno, fachada discreta, sem muitos elementos decorativos e em tom neutro, como é possível ver na figura 6. Os projetos KWIECO e Centro das Mulheres, possuem fachadas bem simples, as linhas das construções são mais retas, é uma arquitetura que não salta à vista de quem transita pela área. Entretanto, as paredes foram pintadas de cores fortes e quentes, a fim de dar um caráter mais acolhedor para aquele abrigo. A Casa Verde, apesar da robustez do volume, busca equilibrá-lo com o seu entorno imitando a cor e a proporção da altura dos troncos e das copas das árvores com os dois pavimentos do prédio. Essas fachadas mais neutras e discretas resultam numa arquitetura mais simples e modestas, são edificações que não se destacam, contribuindo para manter o caráter confidencial da sua localização.

Os abrigos construídos em áreas de clima mais quente, como é o caso do abrigo KWIECO, Centro das Mulheres e Centro de Oportunidade para Mulheres, fazem uso de estratégias que permitem a entrada de ventilação e iluminação natural, como a instalação de fundos de garrafas de vidro nas paredes (figura 11) e aberturas nas alvenarias (figuras 17 e 21).

Analisando a planta baixa dos projetos, é possível notar que quase todos tem uma relação forte com o lado de fora da edificação, como uma tentativa de trazer uma sensação de liberdade para dentro do projeto e minimizar a percepção de enclausuramento que a casa abrigo pode transmitir. A Casa da Mulher Brasileira, a Casa Ada e Tamar De Shalit, o abrigo KWIECO e o Centro das Mulheres foram elaborados tendo um jardim central como ponto focal do projeto, onde os outros espaços da edificação foram organizados a partir dele (figuras 5, 7, 10 e 15). O Centro de Oportunidade para Mulheres foi construído em um grande terreno, com muitas atividades ao ar livre, simulando uma aldeia local (figura 19). E a Casa Verde tem parte do primeiro pavimento revestido por paredes de vidro a fim de aproximar o exterior de quem está dentro da construção (figura 22).

Destaca-se que a inclusão do Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz diz respeito à compreensão do funcionamento de um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica em Belém - PA. Serviu de referencial teórico, através dele pode-se inferir as necessidades locais e identificar o perfil da mulher que busca ajuda em uma casa abrigo para assim elaborar um espaço que proporcione um atendimento completo e acolhimento para essas vítimas.

A análise desses projetos permite identificar o papel da arquitetura em programas de acolhimento de pessoas socialmente vitimizadas, revelando como o espaço deve ser organizado com o princípio de romper com a arquitetura institucional e oferecer um lar, um local humanizado e acolhedor, valorizando a integração da comunidade. O arquiteto deve compreender as necessidades, realidades e limitações desse conjunto de pessoas, elaborando a forma arquitetônica como organização do espaço adequado a cada programa.

4. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

Este capítulo apresentará as circunstâncias que precedem a criação projetual, como a escolha do local, as limitações legais e climáticas, o levantamento de dados como o perfil das mulheres abrigadas em Belém - PA e suas necessidades, e após a análise dessa fundamentação teórica e do repertório projetual do capítulo anterior, a proposta arquitetônica será apresentada.

4.1. Localização

O terreno onde o projeto será implantado está localizado na Passagem Nova, bairro da Terra Firme e possui 5489,24 m². Devido as grandes proporções do lote, será possível comportar um amplo programa que atenda às necessidades de moradores e funcionários do espaço sem que haja a necessidade de verticalizar o projeto.

Figura 28: Localização do terreno



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém e Google Earth, 2020. Adaptado pela autora.

A ausência de equipamentos públicos com atendimento especializado para a mulher no bairro e no entorno foi um dos fatores determinantes para a escolha dessa localização.

Figura 29: Rede de atendimento especializado à mulher em Belém, PA



- Rede de atendimento especializado à mulher:
 1. Delegacia Especializado no Atendimento às Mulheres
 2. Pro Paz Mulher
 3. Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
 4. Unidade de Referência Especializada em Atenção à Saúde da Mulher
 5. Secretaria do Estado de Justiça e Direitos Humanos
 6. Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência Doméstica
 7. Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar
 8. Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
 9. Casa da Mulher
- Terreno

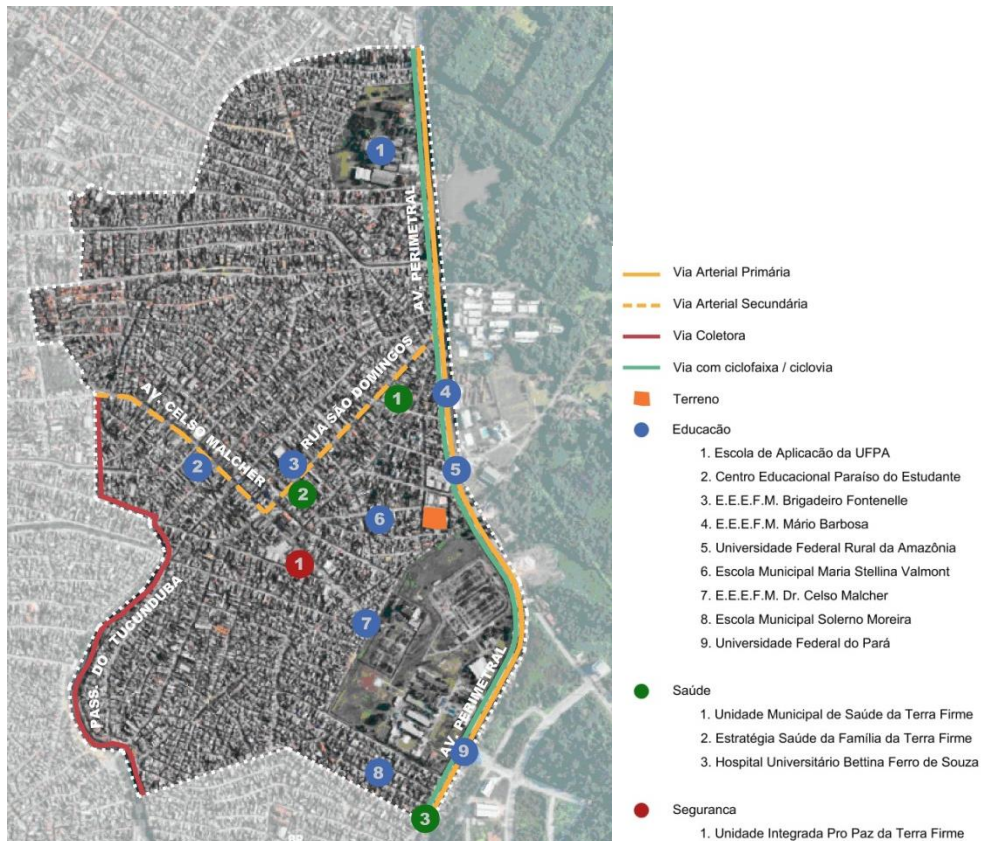
Fonte: Prefeitura Municipal de Belém e Google Earth, 2020. Adaptado pela autora.

Outro fator de suma importância é o entorno ser composto por uma série de equipamentos públicos de educação, saúde e segurança, além de ser uma área residencial e de pequenos comércios.

A via em que está localizado é de menor porte e com tráfego menos intenso, ideal para o tipo de serviço que será prestado naquele espaço. No entorno do lote existem vias arteriais e coletoras de fácil acesso e com ofertas de transporte público,

responsáveis por distribuir o tráfego dentro do bairro, para o centro da cidade e Região Metropolitana.

Figura 30: Equipamentos e viário no Bairro da Terra Firme



Fonte: Google Earth, 2020. Adaptado pela autora.

4.2. Parâmetros urbanísticos

De acordo com o Plano Diretor de Belém, de 2008, o terreno trabalhado está localizado em uma Zona do Ambiente Urbano (ZAU), que corresponde às áreas urbanizadas do território. De forma mais específica, o terreno se localiza na ZAU 5, uma subdivisão definida conforme a localização do lote na cidade. No artigo 92, a lei caracteriza esta zona dentro do macrozoneamento existente no município:

A Zona do Ambiente Urbano 5 (ZAU 5) caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com alta densidade populacional, ocupação de comércio e serviço nos principais eixos viários, edificações térreas ou de dois pavimentos, carência de infraestrutura e equipamentos públicos, alta

incidência de ocupação precária, núcleos habitacionais de baixa renda e risco de alagamento. (Belém, 2008)

Após analisar o anexo X do Plano Diretor, infere-se que a casa abrigo se enquadra em Serviços “B”, como uma instituição. Levando em conta o tipo de serviço da proposta arquitetônica e as especificidades do lote, como o tamanho e a zona em que está inserido, é possível enquadrá-lo no modelo urbanístico M17. Esse modelo exige recuo frontal e posterior mínimo de 5 metros e recuo lateral de 2,5 metros para construções de até 13 metros de altura, como é o caso desse projeto. A taxa de ocupação média permitida é de 70% e o coeficiente de aproveitamento é 1.4, garantindo uma ampla área a ser construída no lote. A taxa de permeabilização do solo é de 10%. O Quadro 4 apresenta os coeficientes aplicados ao lote de 5489,24 m².

Quadro 4: Índices urbanísticos do lote

ZAU 5 - M17		
Área do lote		5489,24 m ²
Testada do lote		65,63 m
Afastamentos	Frontal	5 m
	Lateral	2,5 m
	Fundos	5 m
Coeficiente de aproveitamento		0,41
Taxas	Ocupação	0,41
	Permeabilização	0,30

Fonte: Plano Diretor de Belém, 2008. Adaptado pela autora.

4.3. Programa de necessidades

O programa de necessidade mostra a complexidade deste projeto, uma vez que reúne variados serviços em um só espaço, como suporte médico, psicológico, assistência social, entre outros. Essa diversificação deixa o atendimento às vítimas mais rápido e efetivo, uma vez que elas têm acesso ao suporte necessário dentro do mesmo lugar.

Este projeto de casa abrigo tem como público-alvo mulheres vítimas de violência doméstica no município e na Região Metropolitana de Belém, acompanhadas ou não de filhos menores de idade ou dependentes maiores de idade do sexo feminino que estejam em risco ou sob ameaça de violência e não possuam outra opção de abrigamento.

O programa de necessidades foi elaborado a partir de dados coletados da Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz, como o perfil das mulheres acolhidas, a lista de funcionários e a capacidade de leitos, já que o cenário em que ambos os projetos estão inseridos é semelhante, visto que se localizam na mesma cidade e atendem o mesmo público-alvo.

De acordo com a FUNPAPA, de 2007 a 2018, o perfil das vítimas acolhidas pelo CAERD era o de mulheres pardas, mães de até dois filhos, em uma união estável heteroaferiva, com o ensino fundamental incompleto, com renda inferior a um salário-mínimo ou sem renda alguma, na faixa dos 18 a 30 anos de idade. Esse último dado é alarmante devido a essa ser a fase em que a mulher é considerada mais profissionalmente ativa e que está em idade reprodutiva.

Outro dado que serviu de base para o programa de necessidades foi o quadro de funcionários que atuam na CAERD, que cumpre com os requisitos básicos para o atendimento das vítimas de violência doméstica, tais como acolhimento, triagem, atendimento médico básico, orientação, oferta de abrigo temporário, entre outros. De acordo com Maués, a equipe de trabalho da CAERD era composta por 27 funcionárias em 2006:

- 01 coordenadora (assistente social);
- 02 assistentes sociais;
- 02 psicólogas;
- 01 pedagoga;
- 05 agentes de copa e cozinha;
- 01 zeladora;
- 01 auxiliar administrativa;
- 14 educadoras sociais / monitoras.

Entretanto, havia necessidade da contratação de mais funcionários, tais como: auxiliar administrativa, zeladora, assistente social e motorista. Na época, os

motoristas que atuavam na CAERD não faziam parte do quadro de lotação funcional da mesma, sendo regidos administrativamente pela sede da FUNPAPA (MAUÉS, 2006).

Outro parâmetro da CAERD utilizado foi a capacidade de acolhimento. Segundo o Anuário Estatístico Municipal de Belém, de 2012, a casa abrigo contava com 20 leitos e atendeu 199 mulheres com 261 acompanhantes de 2010 a 2011.

Quadro 5: Capacidade e atendimentos realizados pela CAERD em Belém, 2010 – 2011

SERVIÇOS / ESPAÇOS	CAPACIDADE		ATENDIMENTO			
			2010		2011	
	2010	2011	Adultos	Filhos	Adultos	Filhos
Serviço de Acolhida em Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica - Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz	20	20	159	205	40	56

Fonte: FUNPAPA, 2012. Adaptado pela autora.

O Anuário Estatístico do Município de Belém, de 2020, também foi utilizado como base para o cálculo da capacidade de leitos. De 2013 a 2019, a CAERD atendeu 358 mulheres e 381 acompanhantes, totalizando em 739 pessoas acolhidas em um intervalo de 7 anos.

Quadro 6: Quantitativo de mulheres e acompanhantes acolhidos no CAERD, em Belém – PA, 2013 – 2019

ACOLHIDOS	ANO							TOTAL
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Mulheres	55	60	43	54	63	45	38	358
Acompanhantes	65	65	57	61	60	42	31	381
TOTAL	120	125	100	115	123	87	69	739

Fonte: SEVISA/NUSP/FUNPAPA, 2019. Adaptado pela autora.

Nota: Ano de 2019 acumulado até agosto.

Após análise dos dados obtidos, conclui-se que a média de atendimento é de, aproximadamente, 1 acompanhante para cada mulher. Portanto, como o projeto

pretende gerar abrigo para até 48 pessoas, a proporção será de 24 leitos para mulheres e 24 para acompanhantes, distribuídos em quartos de duas ou quatro camas.

O programa de necessidades foi pensando com o intuito de atender essas 48 pessoas de forma eficaz e, para isso, os usos dos ambientes foram agrupados em seis setores (Quadro 7): setor administrativo, de atendimento, de serviços, de desenvolvimento, social e íntimo.

Quadro 7: Programa de necessidades

SETOR ADMINISTRATIVO			
AMBIENTE	QUANT.	m ²	m ² TOTAL - AMBIENTE
Recepção	1,00	90,96	90,96
Direção	1,00	20,62	20,62
Administração	1,00	34,08	34,08
Sala de reunião	1,00	26,27	26,27
Banheiro feminino	1,00	2,30	2,30
Banheiro masculino	1,00	2,30	2,30
Banheiro PCD	1,00	5,46	5,46
m ² TOTAL - SETOR			181,99
SETOR DE ATENDIMENTO			
AMBIENTE	QUANT.	m ²	m ² TOTAL - AMBIENTE
Recepção	1,00	79,47	79,47
Sala de espera	1,00	88,11	88,11
Sala - triagem	2,00	12,00	24,00
Sala - consultório médico	3,00	12,00	36,00
Sala - consultório psicológico	2,00	12,00	24,00
Sala - assistente social	2,00	12,00	24,00
Sala - auxílio jurídico	2,00	12,00	24,00
Sala - terapia em grupo	1,00	19,50	19,50
Enfermaria	1,00	19,50	19,50
Banheiro feminino	1,00	2,64	2,64
Banheiro masculino	1,00	2,64	2,64
Banheiro PCD	1,00	4,95	4,95
m ² TOTAL - SETOR			348,81
SETOR DE SERVICOS			

AMBIENTE	QUANT.	m ²	m ² TOTAL - AMBIENTE
Guarita	1,00	11,22	11,22
Banheiro guarita	1,00	2,03	2,03
Cozinha	1,00	59,95	59,95
Lavanderia	1,00	31,74	31,74
Vestiário funcionários fem.	1,00	19,40	19,40
Vestiário funcionários masc.	1,00	19,85	19,85
Vestiário funcionários PCD	1,00	6,23	6,23
Copa funcionários	1,00	55,79	55,79
Central de monitoramento	1,00	27,98	27,98
DML	1,00	6,80	6,80
Depósito mat. horta/jardim	1,00	6,80	6,80
Depósito de lixo	1,00	5,34	5,34
		m² TOTAL - SETOR	253,13

SETOR DE DESENVOLVIMENTO

AMBIENTE	QUANT.	m ²	m ² TOTAL - AMBIENTE
Salas de aula	4	25,00	100,00
Banheiro	1	7,35	7,35
Banheiro PCD	1	3,64	3,64
		m² TOTAL - SETOR	110,99

SETOR SOCIAL

AMBIENTE	QUANT.	m ²	m ² TOTAL - AMBIENTE
Refeitório	1	137,17	137,17
Banheiro – Refeitório	1	9,90	9,90
Banheiro PCD - Refeitório	1	4,21	4,21
Sala recreativa	1	99,50	99,50
Banheiro – sala recreativa	1	9,90	9,90
Banheiro PCD – sala rec.	1	3,76	3,76
		m² TOTAL - SETOR	264,44

SETOR ÍTIMO

AMBIENTE	QUANT.	m ²	m ² TOTAL - AMBIENTE
Dormitório tipo 1	8	20,57	164,56
Dormitório tipo 2	6	12,75	76,50
Dormitório tipo 3 PCD	1	32,41	32,41
Banheiro	14	3,38	47,32
Banheiro PCD	1	5,50	5,50
		m² TOTAL - SETOR	326,29

m ² TOTAL - SETORES	1485,65
CIRCULAÇÃO	764,81
m ² TOTAL FINAL	2250,46

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4. Setorização

A setorização se deu a partir do programa de necessidades, com base na organização dos usos de cada ambiente ou a dependência entre eles a fim de tornarem-se funcionais.

Houve uma preocupação em evidenciar a separação dos espaços públicos dos privados, onde os ambientes mais íntimos, como os dos setores Social e Íntimo, serão de acesso controlado e está fora do fluxo do público comum, uma vez que estão localizados mais ao fundo do terreno.

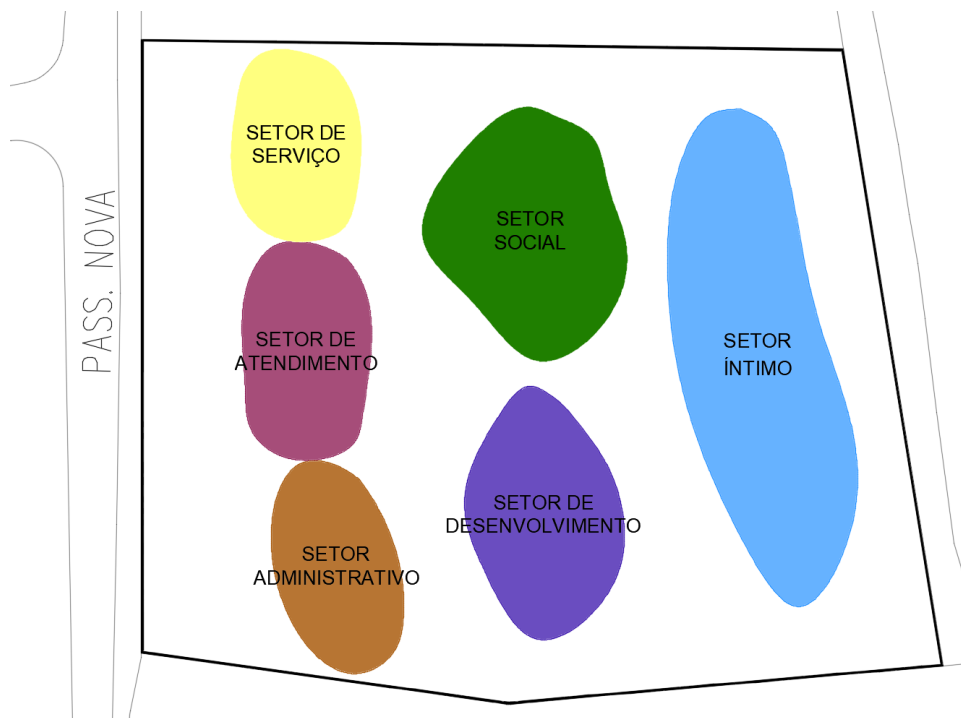
Portanto, a setorização foi elaborada e diferenciada por cores:

- Setor de atendimento (vinho): setor onde as moradoras encontrarão suporte médico, psicológico e assistência social. O primeiro contato com as vítimas de violência doméstica é feito neste setor, onde serão admitidas para o atendimento na casa abrigo. Sua entrada está voltada para a Passagem Nova.
- Setor administrativo (laranja): responsável pela gestão do abrigo. Tem uma entrada independente apenas para funcionários deste setor, assim como um acesso para a área mais restrita da casa abrigo, facilitando a interação entre a equipe e os moradores.
- Setor de serviços (amarelo): esta parte da edificação abrigará ambientes que servirão de apoio para os funcionários e moradoras da casa abrigo, tais como cozinha, depósitos, central de monitoramento, vestiário e copa para funcionários, entre outros.
- Setor de desenvolvimento pessoal (roxo): esta área oferece espaços para o desenvolvimento e qualificação da mulher, como salas de aula e de informática, a fim de prepará-la para o mercado de trabalho.
- Setor social (verde): abriga ambientes que são voltados para o lazer e bem-estar dos moradores, como o refeitório, a quadra de esportes e a

horta. Está localizado mais ao centro do terreno a fim de concentrar o público e estimular a sociabilidade entre eles.

- Setor íntimo (azul): responsável pelos dormitórios, implantados no entorno da área social e mais ao fundo do lote, gerando um espaço mais reservado para os moradores. Há três modelos de quartos de diferentes tamanhos e com banheiros, para que se adapte melhor a cada caso existente.

Figura 31: Setorização inicial dentro do lote



Fonte: Elaborado pela autora.

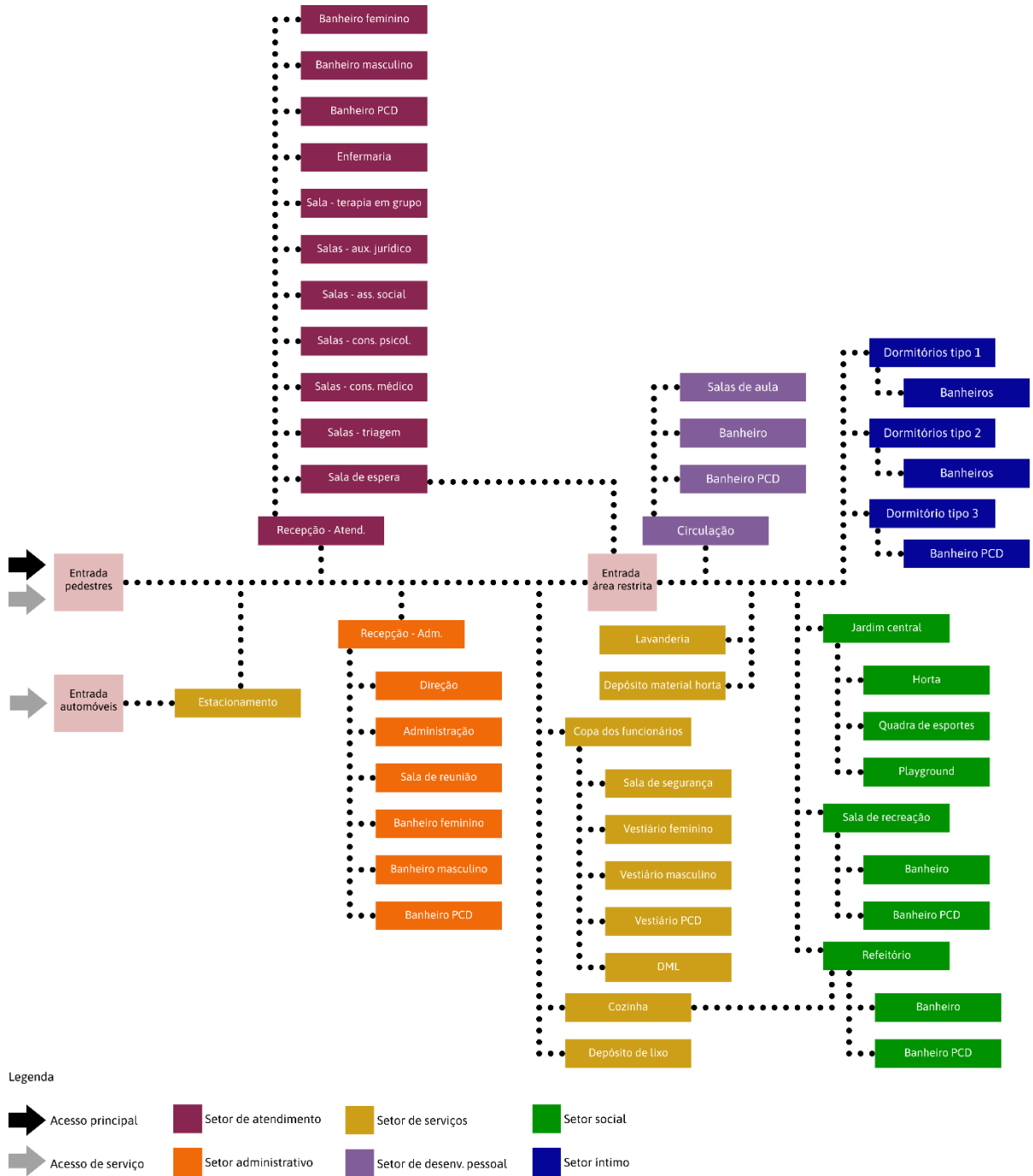
A setorização dentro do lote foi distribuída de forma que os setores de serviço, de atendimento e administrativo se localizassem à frente do terreno devido ao maior fluxo de pessoas nesses espaços. O setor de atendimento localiza-se ao meio devido a ser a porta de entrada para a casa abrigo, lá a mulher será atendida e encaminhada para o atendimento que precisa até sua admissão.

Os setores social e de desenvolvimento representam uma parte intermediária, são espaços onde as mulheres abrigadas passarão a maior parte do dia exercendo atividades e o acesso é mais restrito, apenas abrigados e funcionários chegarão à essa área. Já o setor íntimo deve ficar o mais distante da entrada, uma vez que este é o espaço mais tranquilo e com o fluxo mais restrito da casa abrigo.

4.5. Organograma e fluxograma

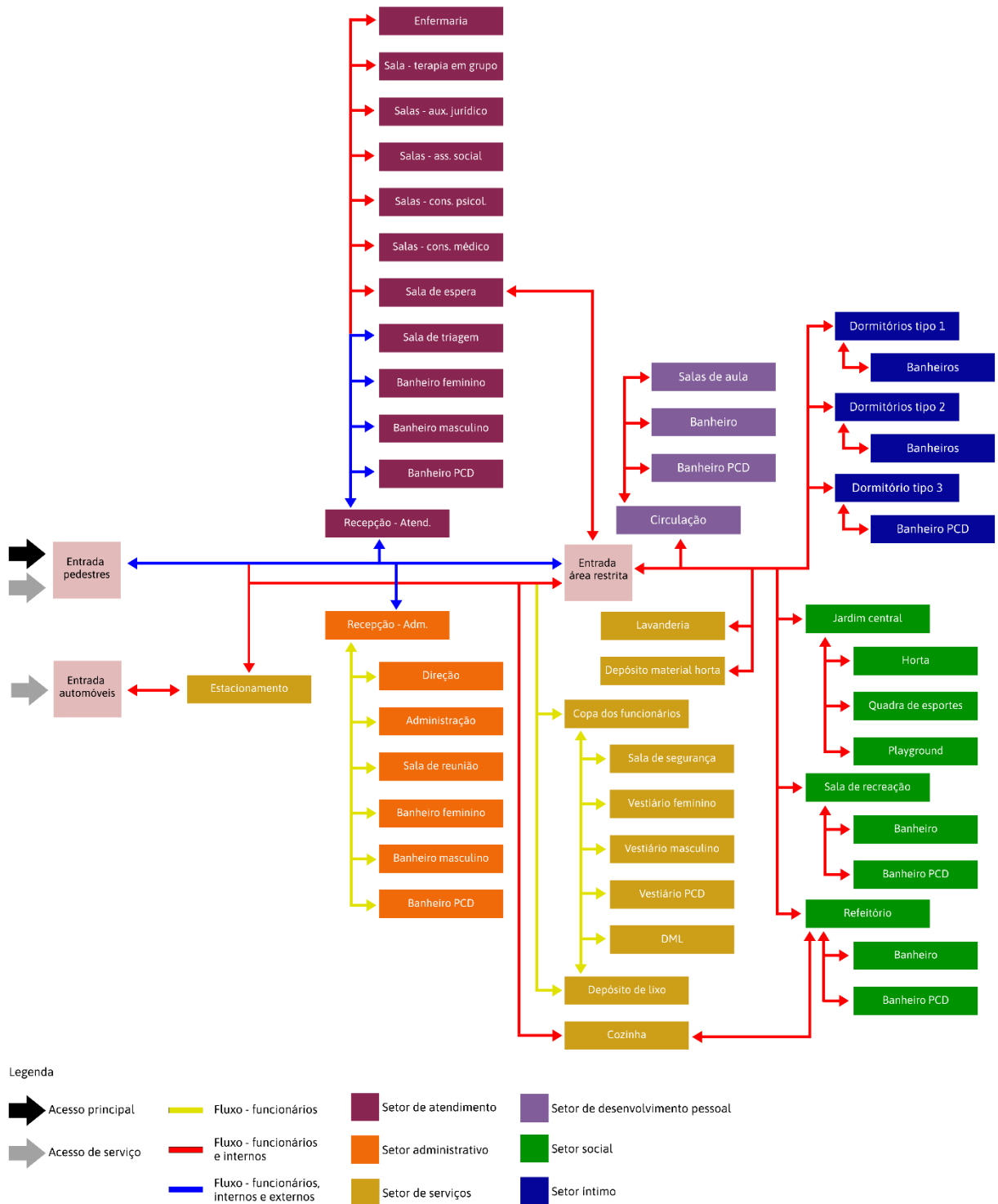
A partir da análise feita do programa de necessidades e da setorização da proposta, foi possível elaborar um organograma e um fluxograma com o intuito de representar como os espaços estão organizados e a interação entre os ambientes e os setores, além da identificação dos fluxos dentro do projeto.

Figura 32: Organograma da proposta arquitetônica



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 33: Fluxograma da proposta arquitetônica



4.6. Condicionantes ambientais

Este projeto foi pensado para ser implantado em Belém, Pará, um município de clima equatorial com temperatura média anual de 26,8° C, com precipitação

média anual de 3308,3 mm e umidade relativa do ar média anual de 84,1%, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia.

Quadro 7: Dados climatológicos de Belém – PA

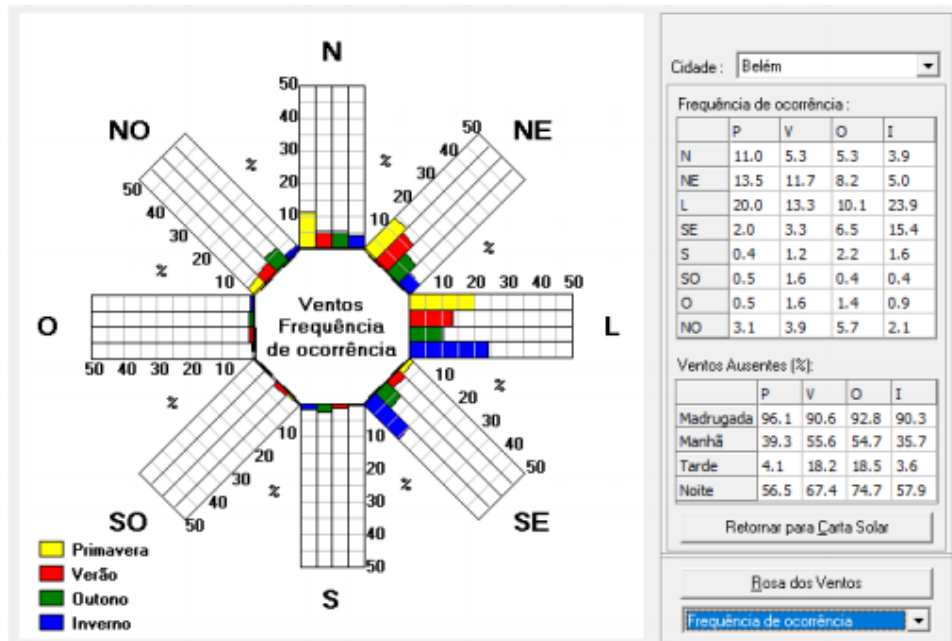
Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO
Temperatura máxima recorde (°C)	35,9	35,3	34,7	35,2	35,2	35,6	35,7	37	36,1	36,4	36,4	37,2	37,2
Temperatura máxima média (°C)	31,4	31,0	31,1	31,5	32,2	32,5	32,6	33,0	33,2	33,1	33,1	32,5	32,3
Temperatura média compensada (°C)	26,3	26,1	26,3	26,5	26,8	26,9	26,8	27,1	27,3	27,3	27,4	27,0	26,8
Temperatura mínima média (°C)	23,0	23,1	23,3	23,4	23,4	23,1	22,8	22,9	22,9	22,9	23,1	23,1	23,1
Temperatura mínima recorde (°C)	19,4	18,8	19,6	19,2	20,0	19,8	18,9	18,5	18,8	18,9	18,6	19,0	18,5
Precipitação (mm)	393,8	437,8	506,3	465,5	323,6	205,8	156,0	128,7	120,1	135,8	151,4	283,5	3308,3
Dias com precipitação (≥ 1 mm)	25	25	26	25	23	17	14	12	12	13	13	19	224
Umidade relativa compensada (%)	88,1	89,5	89,7	88,9	86,3	82,8	81,5	80,2	79,3	79,3	79,6	83,7	84,1
Horas de sol	132,9	104,7	117,2	138,7	187,3	230,3	250,1	264,9	247,1	240,6	205,1	168,1	2287,0

Fonte: INMET (normal climatológica de 1991-2020; recordes de temperatura de 01/01/1931-30/09/1964 e 01/01/1967-presente). Adaptado pela autora.

O lote possui sua fachada principal voltada a Oeste, logo, estará exposto ao sol poente. Tendo como objetivo a elaboração de um espaço mais agradável e acolhedor, os setores Íntimo e Social foram beneficiados com seu posicionamento, voltados para o Leste, com o intuito de receberem os raios solares nascentes, enquanto o setor de Serviços apresenta-se voltado para o Oeste.

Em Belém, os ventos são provenientes do Norte, Nordeste, Leste e Sudeste. Esta análise foi feita através do software Analysis SOL-AR, um programa que computa dados sobre a frequência e a velocidade de ocorrência de ventos e a trajetória solar ao longo do ano.

Figura 34: Frequência dos ventos em Belém – PA



Fonte: Analysis SOL-AR. Adaptado pela autora.

De acordo com a análise do *software*, a maior incidência da ventilação no município se dá principalmente a Nordeste e a Leste, portanto, a posição no lote dos blocos com maior frequência de uso durante o dia, como os dos setores Íntimo e Social, está voltada para estas direções, de forma que privilegie a ventilação natural. O uso de janelas em paredes opostas nos dormitórios facilita a ventilação cruzada, conferindo um conforto térmico para aqueles ambientes.

Os condicionantes ambientais influenciam diretamente na implantação de um projeto arquitetônico. Através da análise desses dados é possível chegar a soluções acerca do posicionamento dos ambientes dentro do terreno, tipos de aberturas e esquadrias que serão utilizados, espécies de vegetação que se adequem ao clima local e o uso de elementos arquitetônicos na construção, tais como quebra-sol ou cobogós.

4.7. Partido arquitetônico

O partido arquitetônico é resultado de uma série de escolhas projetuais que proporcionam à casa abrigo um caráter humanizado e acolhedor na arquitetura.

Essas escolhas visam oferecer serviços que auxiliam na jornada de recuperação da vítima de violência doméstica e prover-lhes segurança, proteção e bem-estar.

Após análise de um conjunto de referências projetuais e do programa de necessidades, chegou-se à conclusão de que os espaços que se fazem necessários em uma casa abrigo poderiam ser divididos em seis setores: de atendimento, administrativo, de serviços, social, de desenvolvimento e íntimo. Esta definição permite que a organização dos espaços possa ser realizada de forma efetiva, levando em conta o fluxo de pessoas, a hierarquia dos ambientes e a interdependência entre eles.

Nos projetos de referência, é notável a forte relação do interior da edificação com o exterior, como uma forma de proporcionar um espaço ameno capaz de abrandar o caráter rígido e institucional que um abrigo pode ter. As alternativas usadas foram a criação de áreas abertas internas, como nos abrigos KWIECO, Casa Ada e Tamar De Shalit, Casa da Mulher Brasileira e o Centro das Mulheres, ou então o uso de paredes de vidro com a intenção de não criar barreiras visuais entre o lado de dentro e o de fora dos prédios, como na Casa Verde.

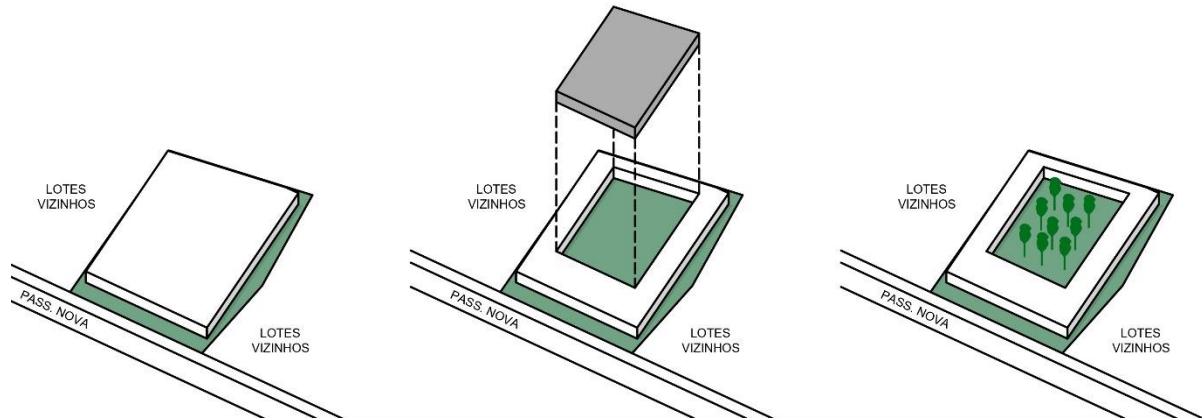
Nota-se também a fachada simples e discreta nesses projetos, que priorizam as linhas retas, com poucos elementos decorativos e respeitam o gabarito do entorno, sendo edificações de até dois pavimentos. Estes critérios permitem que o local não chame a atenção de quem transita pela área, mantendo a discrição do endereço.

Nos projetos pensados para locais de clima quente, como o abrigo KWIECO, o Centro das Mulheres e o Centro de Oportunidade para Mulheres, foram elaboradas estratégias bioclimáticas que afetassem de forma positiva os edifícios, como a criação de aberturas nas alvenarias, permitindo a passagem de ventilação e iluminação natural.

A concepção projetual teve início na criação de um jardim central que proporcionasse um lugar de lazer, atividades e contemplação e que minimizasse o caráter rígido e institucional que uma casa abrigo possui. A partir dele, os espaços foram se organizando em seu entorno de forma que seguissem a ordem da setorização, com os ambientes de maior fluxo mais à frente do terreno e os de menor, mais ao fundo. Também se levou em conta a interdependência dos setores,

como o social e o de serviços, onde o refeitório (social) depende da cozinha (serviços) para as atividades que ali serão desempenhadas, portanto, estes não poderiam ficar separados.

Figura 35: Ponto de partida – relação cheio e vazio

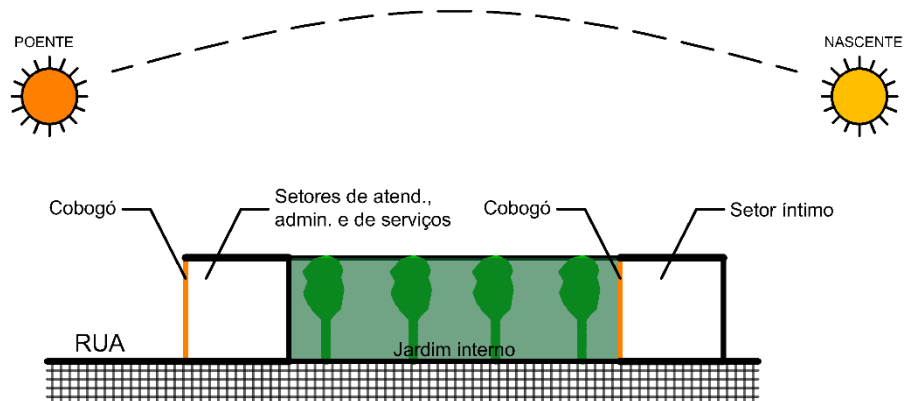


Fonte: Elaborado pela autora.

A criação de um único pavimento térreo facilita a locomoção de pessoas com deficiência ou dificuldade de mobilidade, além de permitir que a casa abrigo fique em harmonia com o gabarito do seu entorno, onde as edificações são, sobretudo, constituídas de um ou dois andares. O pavimento térreo associado a uma arquitetura simples confere à edificação um caráter modesto e reservado, não se destacando na paisagem ou no entorno local, contribuindo para o sigilo do endereço.

Devido às altas temperaturas características do clima equatorial, é necessário que a edificação aproveite o máximo possível da ventilação natural, possibilitando a renovação do ar e a atenuação do desconforto térmico dentro da edificação. Entretanto, ainda assim são indispensáveis fechamentos que delimitem os ambientes e diminuam a entrada da luz solar em determinados espaços e horários, como por exemplo, o sol na parte da tarde incidindo diretamente nos dormitórios ou salas de atendimento. Portanto, pensou-se no cobogó como uma alternativa que possibilitasse a entrada de ventilação e iluminação natural, mas que protegesse da incidência direta dos raios solares.

Figura 36: Princípios bioclimáticos atuantes no projeto com a permeabilidade nas paredes



Fonte: Elaborado pela autora.

O projeto está localizado em um bairro predominantemente residencial e horizontal, com a maioria das construções sendo de até dois pavimentos, então o volume precisou se adequar ao entorno, respeitando o gabarito e a arquitetura local. O volume possui uma estrutura simples, com pouca variação de elementos arquitetônicos na fachada, com destaque às linhas retas da edificação que reforçam a clareza da fachada e do volume.

Após análise dos projetos usados como referência e repertório, notou-se um elemento comum replicado em quase todos eles: uma área central verde que estimula a sociabilidade dos usuários daquele espaço.

Figura 37: Casa da Mulher Brasileira, Abrigo KWIECO, Abrigo Casa Ada e Tamar De Shalit e Centro das Mulheres





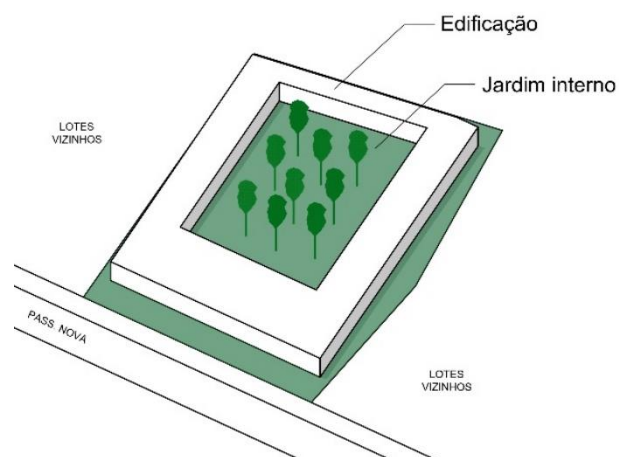
Fonte: Banco do Brasil, 2014; Archdaily, 2015; Amos Goldreich Architecture, 2018; VARANDA, 2001.

Adaptado pela autora.

Portanto, como partido norteador para a elaboração projetual, há a criação de um jardim central que propicia às mulheres um lugar de convivência e recreação.

O projeto iniciou-se com a criação de um volume trapezoidal de um pavimento que respeitasse os afastamentos mínimos definidos no Plano Diretor de Belém, a fim de delimitar a área da projeção da edificação. Em seguida, subtraiu-se um bloco retangular do centro do lote para abrir espaço para a criação do jardim.

Figura 38: Ponto de partida: relação cheio e vazio – jardim interno

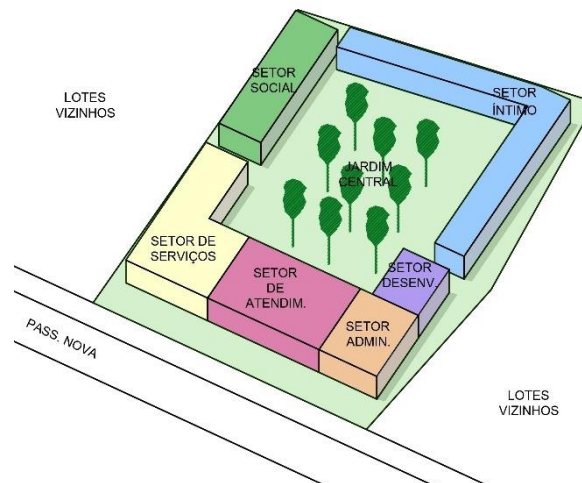


Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desse espaço central, o projeto se desenvolveu em seu entorno, respeitando a hierarquia dos ambientes, com os blocos de maior fluxo localizados à frente do lote, como os setores de atendimento, administração e serviço, que servem como uma barreira física entre o exterior e o interior do terreno, e os blocos com acesso restrito implantados mais ao fundo do lote, como os dormitórios e demais áreas em que as moradoras irão desenvolver suas atividades diárias.

Primeiramente, o bloco que está localizado mais à frente foi dividido em quatro setores: o de serviços, o de atendimento, o administrativo e o de desenvolvimento. Em um segundo momento, o setor de serviços foi deslocado para trás, enquanto o bloco responsável pelos setores de atendimento e administrativo, ou seja, a porta de entrada para a casa abrigo, não teve seu posicionamento alterado. Esse novo arranjo, além de evidenciar a hierarquia dos ambientes, gerou uma movimentação na fachada e permitiu a criação de um estacionamento para funcionários e serviços.

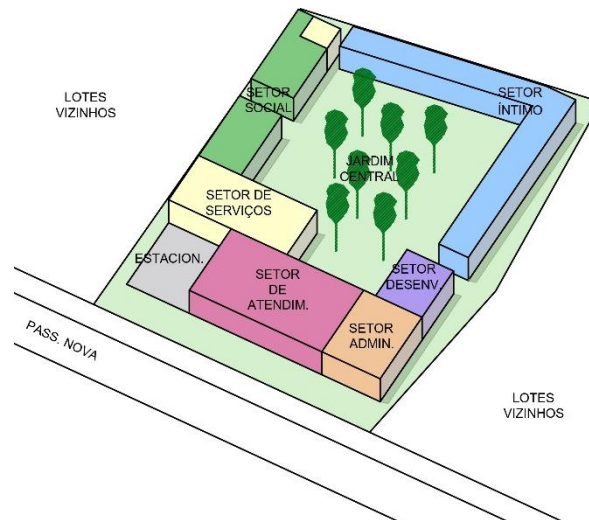
Figura 39: Divisão dos setores dentro do lote.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse momento, o setor social também passou por mudanças e foi dividido com o intuito de favorecer a ventilação natural entre as construções. O espaço destinado ao refeitório uniu-se ao setor de serviços para ficar próximo a cozinha, a fim de facilitar o fluxo de serviços prestados durante o dia na casa abrigo.

Figura 40: Reorganização dos setores dentro do lote

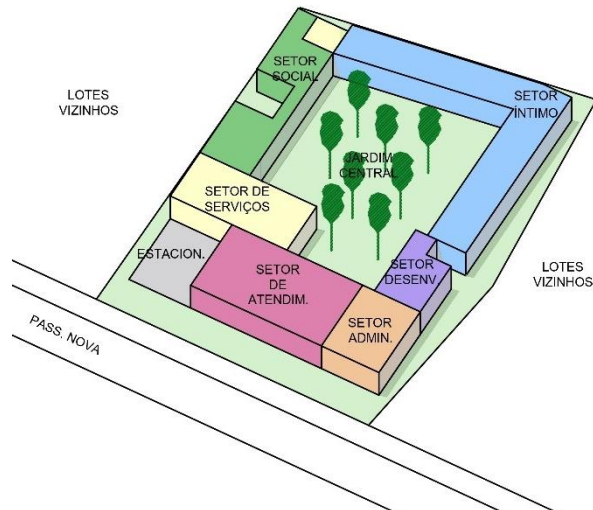


Fonte: Elaborado pela autora.

O bloco que se encontra mais ao fundo do lote foi designado para o setor íntimo, com menor fluxo, sendo acessado apenas por moradores e alguns funcionários selecionados. Ali encontram-se os dormitórios com banheiros.

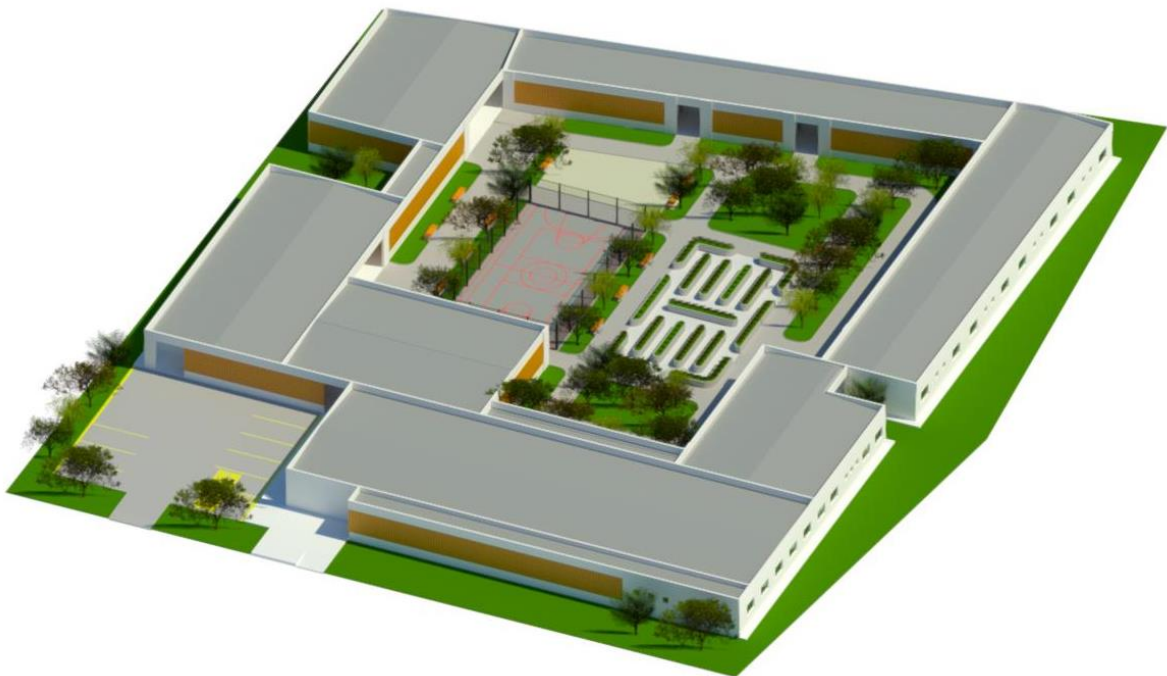
Após definir a posição de cada bloco dentro do terreno, a próxima etapa foi solucionar a integração dos blocos e a disposição do espaço dentro deles. Nessa etapa, o primeiro elemento definido foi a circulação, separando a área mais movimentada da área mais tranquila do projeto. Consequentemente, a circulação e a cobertura resultaram na junção dos volumes, que perderam o caráter de blocos soltos dentro do lote.

Figura 41: Situação final da setorização dentro do lote



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 42: Volume final

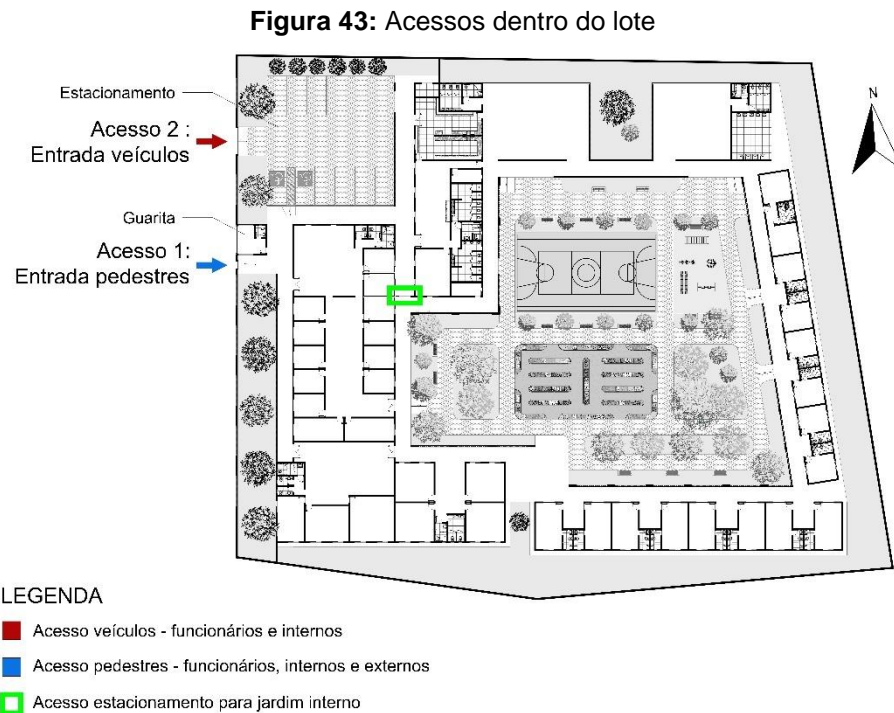


Fonte: Elaborado pela autora.

4.8. Acessos

O projeto prevê a criação de dois acessos, um de pedestres, de uso geral, e outro de veículos, restrito para funcionários e prestadores de serviço. Devido à

necessidade de segurança para a casa abrigo, foi criada uma guarita entre os dois acessos para existir um maior controle de quem entra e sai.

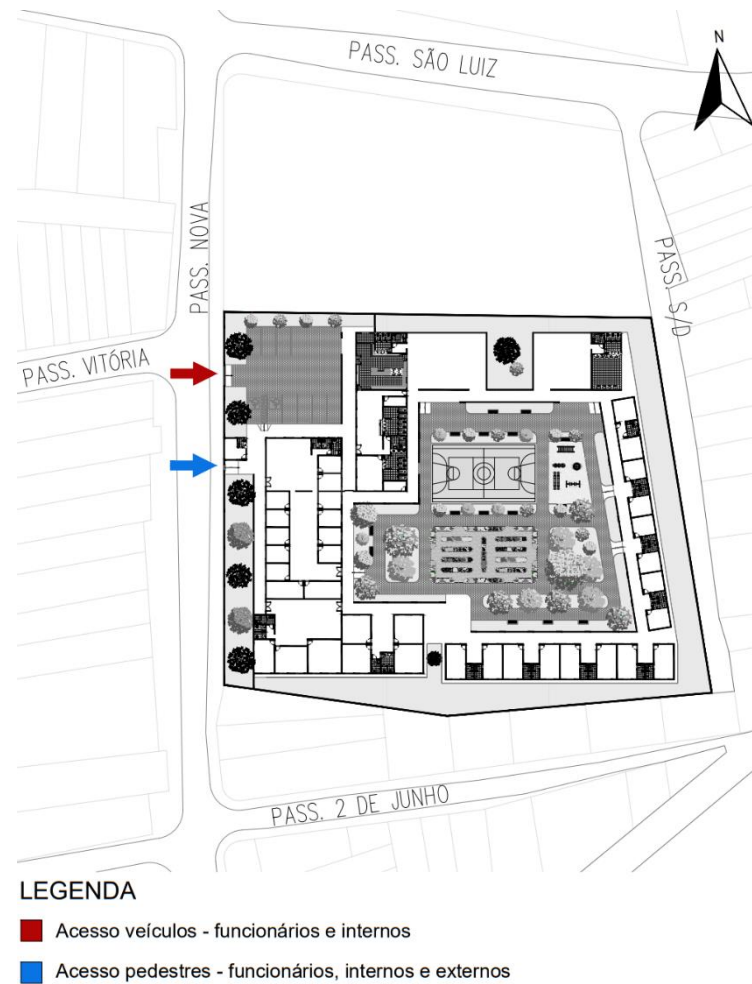


Fonte: Elaborado pela autora.

O acesso principal, o de pedestres, está localizado mais ao centro da fachada, para dar destaque à entrada daquela edificação, visando deixar bem nítida a separação do espaço público e aberto para um espaço privado, além de facilitar a circulação.

A entrada de veículos foi deslocada para o lado esquerdo do lote, ficando mais próxima da Passagem São Luís e da Passagem Vitória, vias com maior fluxo de carros. O estacionamento está conectado, através da circulação, à uma entrada exclusiva para a área restrita às moradoras da casa abrigo, dessa forma, a pessoa que necessitar de transporte poderá sair e voltar em sigilo e em segurança.

Figura 44: Acessos de pedestres e veículos em relação à quadra



Fonte: Elaborado pela autora.

4.9. Circulação

A circulação na arquitetura não se refere apenas a projetar um corredor cuja função seja conectar dois ou mais espaços diferentes. Ela deve gerar uma movimentação fluida e dinâmica que vincule a estrutura de uma edificação aos usuários daquele espaço construído, considerando suas necessidades e intenções.

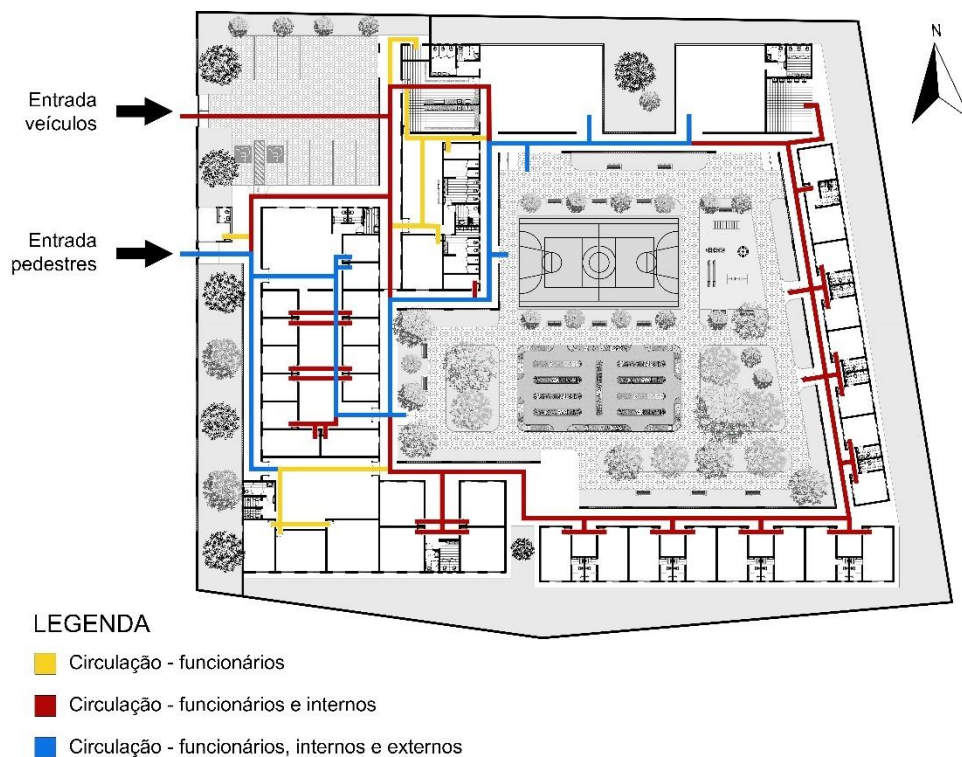
A relação entre a circulação e o uso dos espaços gera novos agrupamentos que podem ser mais ou menos integrados, que controlam o acesso a outros espaços, afetando o fluxo de pessoas, o nível de privacidade e a segurança daquele local (REIS, 2002).

Neste projeto, a circulação visa preservar a mulher através da limitação do fluxo nos ambientes. Logo, quanto mais dentro do lote, menos gente estará

circulando e maior será a privacidade daquele espaço. Desta forma, a mulher se sentirá livre para exercer suas atividades diárias de forma tranquila.

A circulação para os funcionários é liberada por toda a edificação, já as pessoas abrigadas (internos) podem circular por quase todos os ambientes, menos onde são desempenhadas atividades que estão ligadas à administração e à manutenção da casa abrigo ou áreas destinadas exclusivamente aos funcionários, como a copa e os vestiários. As pessoas externas, que não fazem parte do quadro de funcionários e nem estão abrigadas, podem circular livremente somente até as recepções dos setores de atendimento e administrativo. Contudo, esse acesso pode ser estendido até os ambientes do setor social e ao jardim interno em momentos de visita ou eventos da própria casa abrigo.

Figura 45: Circulação



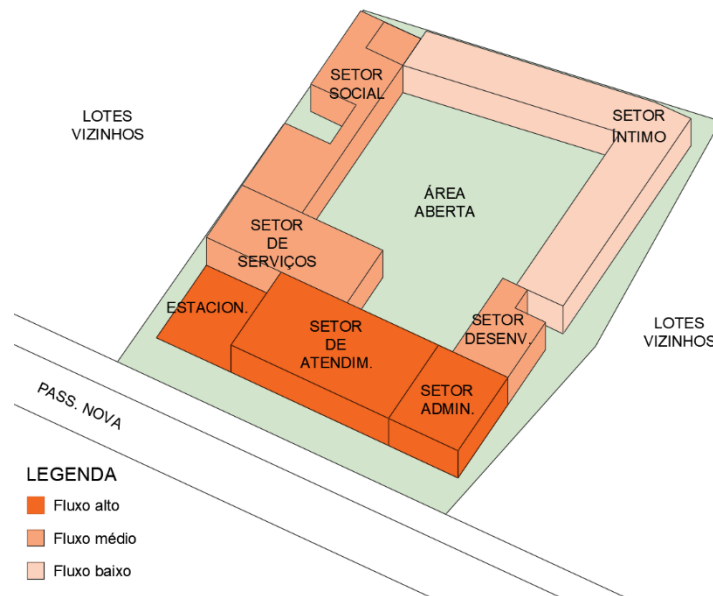
Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando a disposição dos blocos e a circulação dentro do lote, é possível distinguir os espaços por três fases quanto ao fluxo:

1. A primeira corresponde aos setores de atendimento e administrativo, com maior fluxo de pessoas e por onde se tem acesso ao restante do lote;

2. A segunda compreende setores com uso mais restrito, mas que ainda possuem um considerável fluxo de pessoas, como os funcionários da casa abrigo, os moradores e eventuais visitantes externos. É o caso do setor de serviços, de desenvolvimento pessoal e o setor social;
3. A terceira é responsável pelo setor íntimo e com o menor fluxo de pessoas, por isso está localizada ao fundo do lote, sendo o ponto mais distante da rua.

Figura 46: Níveis do fluxo



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste projeto, é possível identificar dois modelos de configuração do espaço arquitetônico: adição por sobreposição e centralizada de uso.

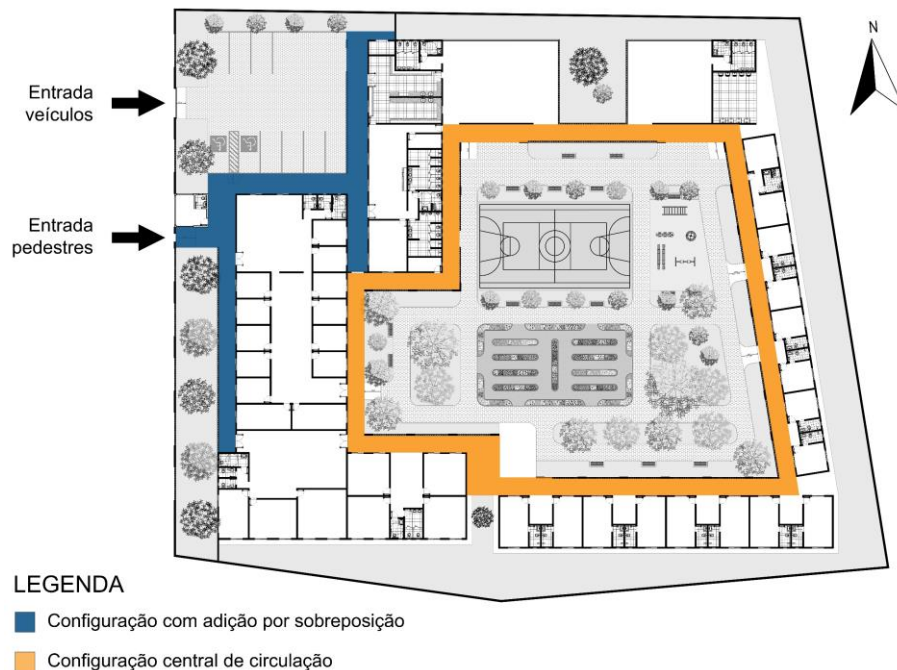
A circulação principal está sobreposta aos ambientes do agrupamento de blocos localizados mais à frente do lote. Este agrupamento foi desenvolvido através da agregação dos volumes correspondentes aos três setores que servem como entrada para a casa abrigo, possibilitando que o resultado volumétrico não fosse um único e grande bloco arquitetônico. Esta circulação, além de fazer a conexão desses blocos, também está conectada à entrada principal e ao estacionamento, que levam ao exterior do lote, bem como uma entrada para o jardim central, onde o fluxo é limitado e controlado.

No interior do lote, o jardim central possui uma circulação dentro dele e em seu entorno que permite a movimentação de pessoas nos espaços construídos que

estão ao seu redor. Logo, essa configuração da circulação pode ser definida como centralizada de uso, já que aquele ambiente central possui uma dimensão maior do que os que o circundam e funciona tanto para desempenhar atividades de esporte e lazer como passagem para seus usuários.

Estes corredores cumprem o papel de espaços de transição entre o exterior e o interior da edificação (PERDIGÃO, MENEZES, PAIXÃO, 2013).

Figura 47: Configuração do espaço arquitetônico



Fonte: Elaborado pela autora.

4.10. Iluminação e ventilação natural

Outro ponto de grande relevância nesse projeto foi a priorização da iluminação e ventilação natural, a fim de proporcionar conforto ambiental para quem frequenta este lugar. O jardim central traz esses elementos para o interior do lote e, para facilitar a sua entrada na edificação, se fez necessário o uso de paredes vazadas, ou seja, paredes com vãos, que tem a função de delimitar os ambientes e, ao mesmo tempo, permitir a entrada de luz e vento na edificação.

Figura 48: Uso de elementos vazados em paredes externas



Fonte: Habitusliving, 2016. Divisare, 2012. Divisare, 2018. Dezeen, 2018.

Portanto, para as paredes externas utilizou-se o cobogó, um elemento que agrega funcionalidade e estética, permitindo a circulação de iluminação e ventilação natural nos ambientes e confere uma sensação de leveza e transparência para um lugar que remete a situações difíceis e pesadas.

O cobogó é um bloco vazado amplamente difundido na arquitetura popular brasileira. Foi criado no início do século XX em Recife por três engenheiros que dão nome ao objeto: Amadeu Oliveira Coimbra, Ernest August Boeckmann e Antônio de Góis. No começo, eram feitos de cimento, mas com o aprimoramento das técnicas de fabricação e com o aumento da demanda de uso, novos elementos passaram a ser empregados, como a cerâmica e o vidro.

Na fachada, uma das funções do cobogó foi o equilíbrio estético, onde criou-se uma longa faixa horizontal que atravessa toda a fachada do lote, a fim de camuflar uma janela da guarita e passar a impressão de que uma é continuação da outra, diminuindo o impacto visual que essa esquadria teria se não houvesse essa intervenção. Devido a dimensão dessa parede, houve necessidade de criar elementos que diminuíssem o aspecto de monotonia e dessem um dinamismo para a fachada. Sendo assim, a faixa de cobogó é continuamente interrompida por uma parede lisa que se projeta levemente para a frente e, através dessa repetição alternada, atribui-se um ritmo para a fachada e para o volume.

Figura 49: Fachada



Fonte: Elaborado pela autora.

O cobogó também recebeu outra função na fachada: possibilitar a permeabilidade visual. Uma casa abrigo requer certos parâmetros que garantam a segurança das mulheres abrigadas, como a existência de um controle rígido de acesso ao interior do lote e a não exposição de seus moradores. Logo, apesar do local necessitar de uma fachada que possuísse um caráter de proteção, a permeabilidade do cobogó proporciona um campo de visão entre o interior e o exterior, assim evitando a sensação de aprisionamento de quem está temporariamente morando ali.

O uso do cobogó nas paredes externas propiciou a formação de uma superfície uniforme através da sua textura, representando uma ideia do “todo” ao invés de “parte” (Reis, 2002), e a sua aplicação em diferentes paredes, desde o muro que dá para a rua até as paredes que dão para a área central do terreno, demonstra uma uniformidade e harmonia no projeto.

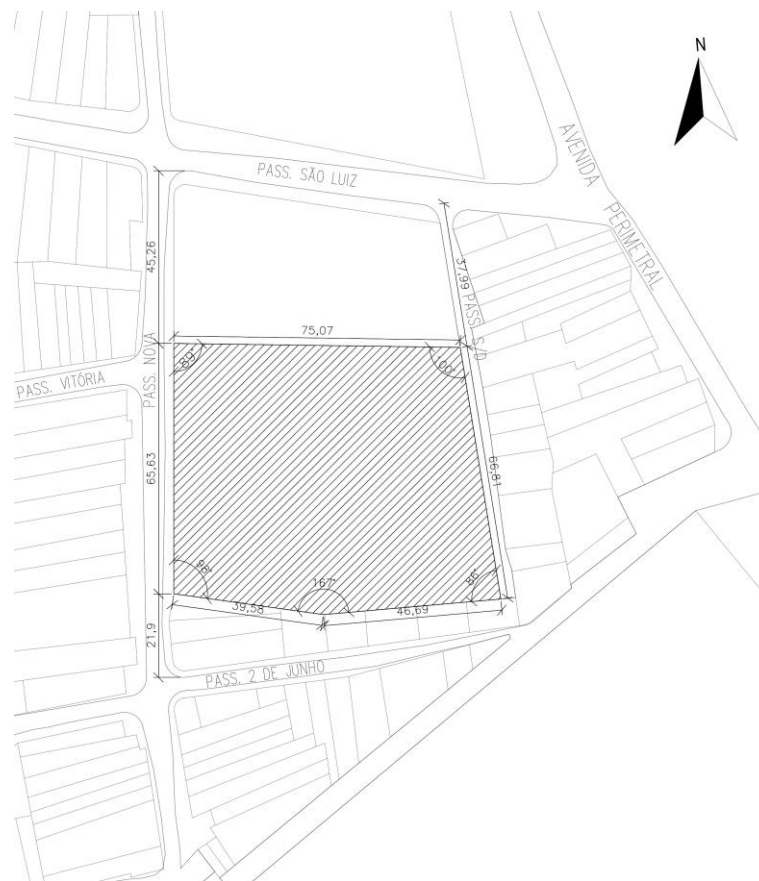
4.11. Anteprojeto

O projeto a seguir é o resultado da análise dos dados sobre o abrigamento de vítimas de violência doméstica em Belém – PA, das diretrizes locais e do programa

de necessidades, em que se notou a necessidade da criação de um espaço que acolhesse esse público da melhor forma, fornecendo-lhes segurança e dignidade.

Como falado anteriormente, o lote de 5489,24 m² está localizado na Passagem Nova, entre as Passagens São Luiz e 2 de Junho, no bairro da Terra Firme. O terreno possui uma forma pentagonal irregular e dispõe de 65,63 metros de fachada por 85,49 metros no ponto mais profundo.

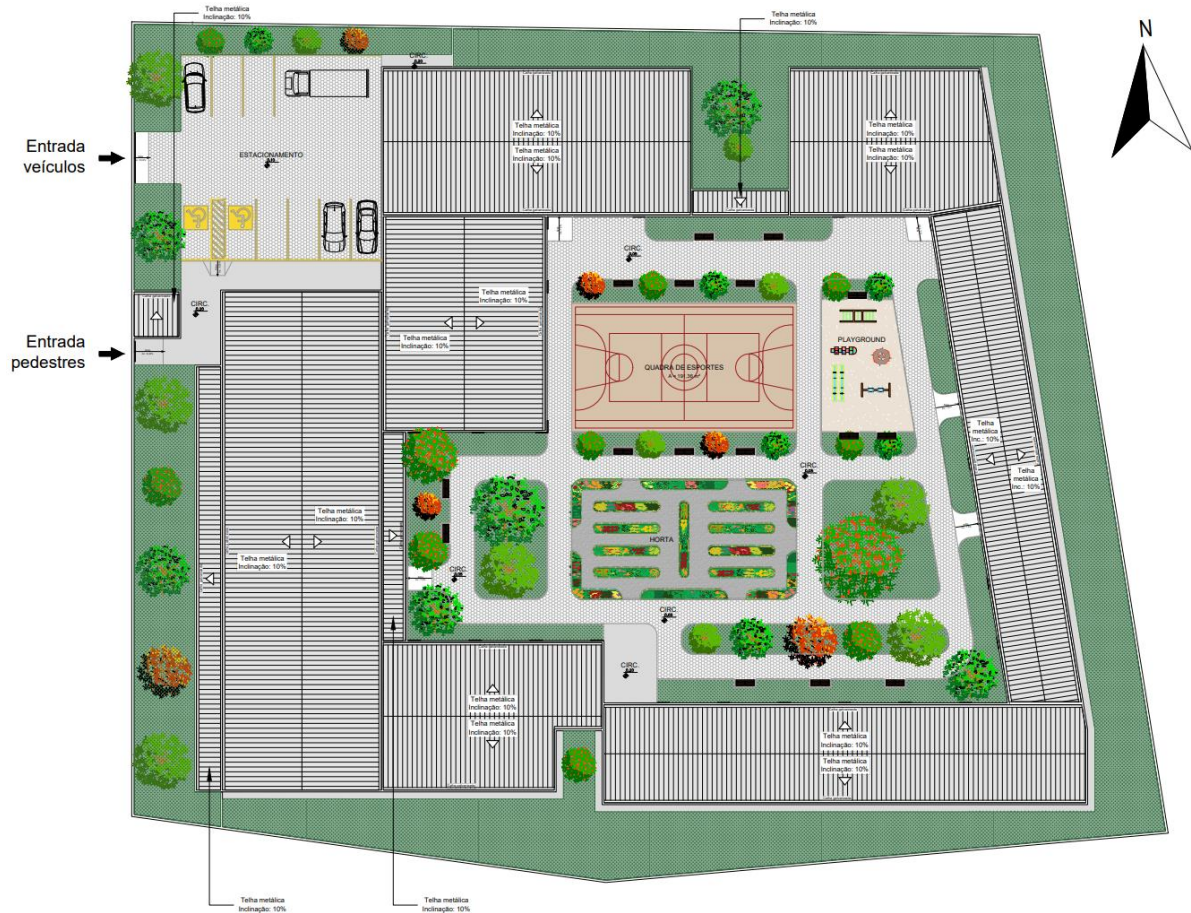
Figura 50: Planta de situação – sem escala



Fonte: Elaborado pela autora.

O acesso ao lote é feito por duas entradas, uma de pedestres e uma de veículos, essa última sendo restrita ao uso de funcionários. Os afastamentos frontal e posterior são de 5 metros e os laterais, de 2,5 metros, seguindo as definições no Plano Diretor de Belém, de 2008.

Figura 51: Planta de locação – sem escala

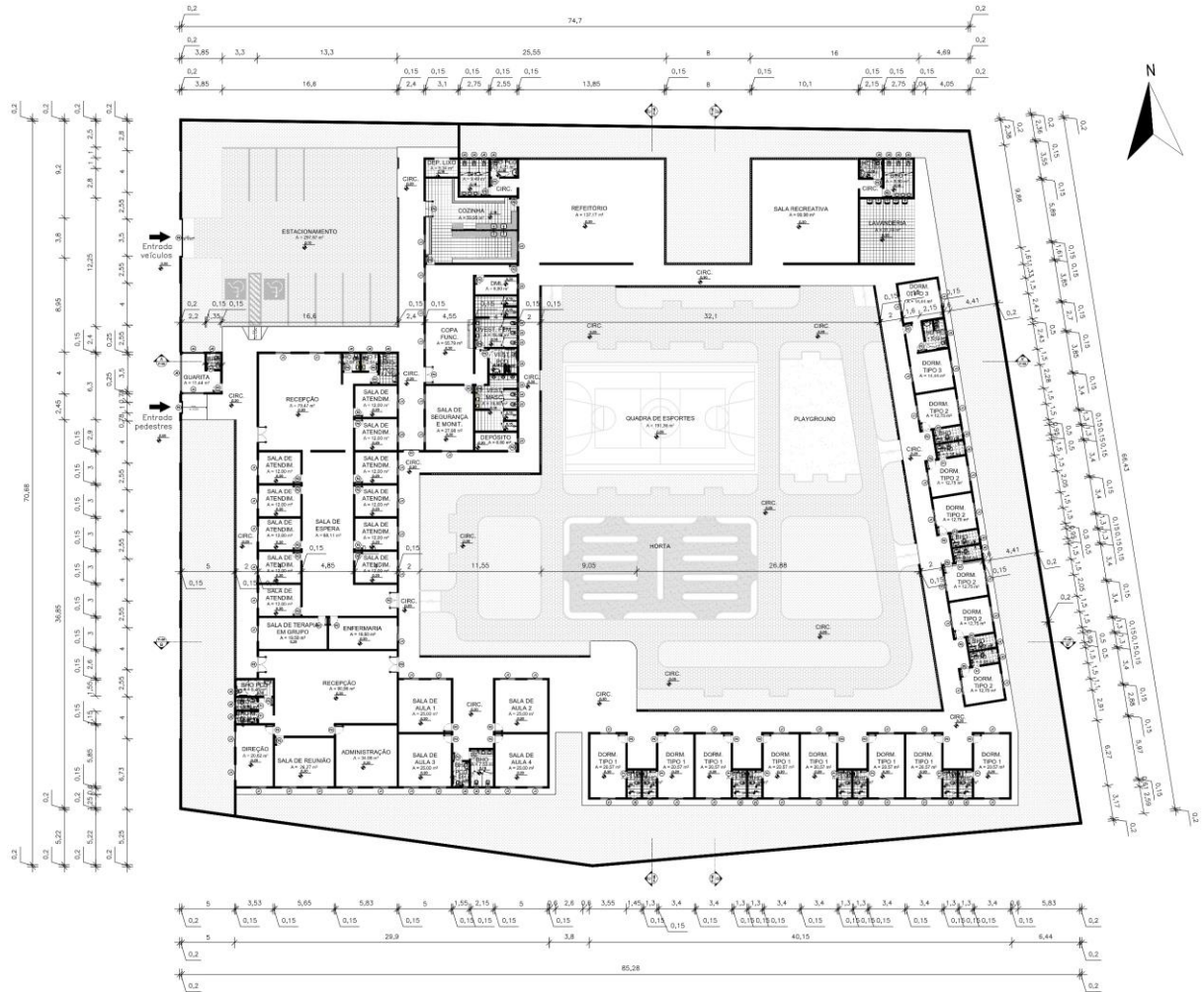


Fonte: Elaborado pela autora.

À frente do lote estão os setores que receberão maior fluxo de pessoas, assim como as áreas de uso dos funcionários da casa abrigo, como os setores administrativo e de serviço. Eles junto ao setor de atendimento, a porta de entrada da casa abrigo, garantem segurança e proteção ao restante da edificação. Em seguida, vem os setores de desenvolvimento e o social, onde as pessoas abrigadas desempenharão boa parte de suas atividades diárias. E mais adiante, está localizado o setor íntimo, com os espaços mais restringidos da casa abrigo.

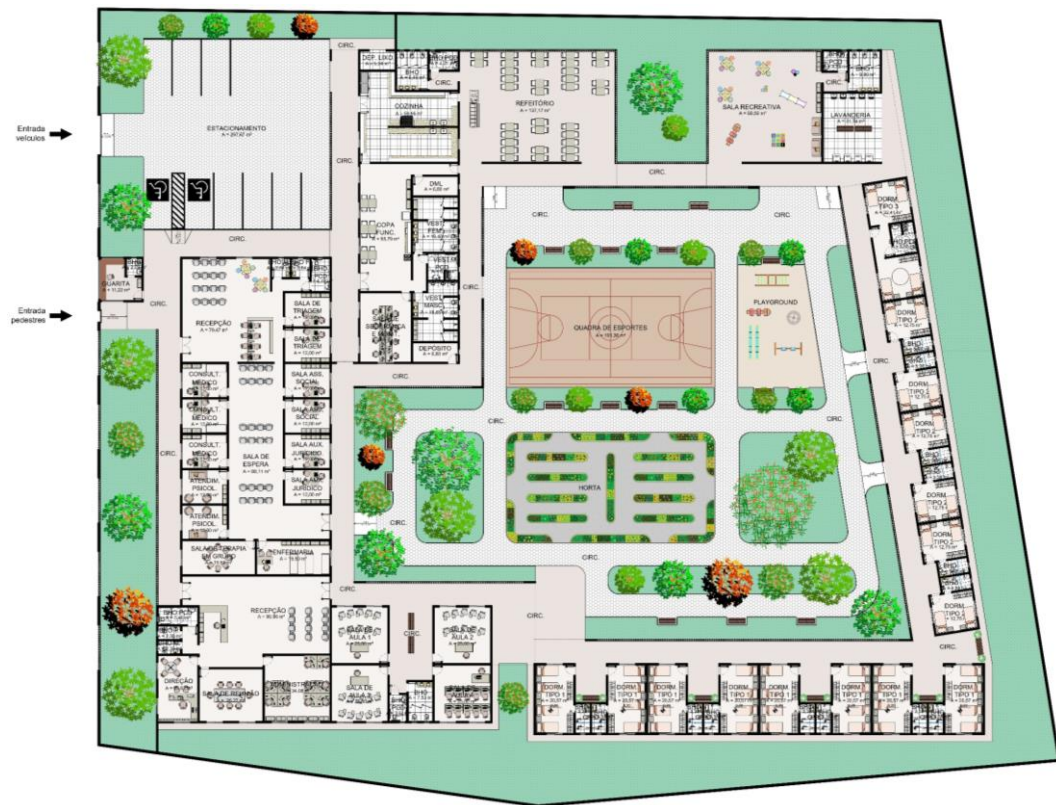
O jardim central possui um significativo destaque no projeto, é onde as mulheres poderão exercer atividades e relaxar, compõe a circulação da edificação e permite a entrada de luz e ventilação natural ao centro do lote.

Figura 52: Planta baixa – sem escala



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 53: Layout – sem escala



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 54: Vista em perspectiva



Fonte: Elaborado pela autora.

4.11.1. Setor de atendimento

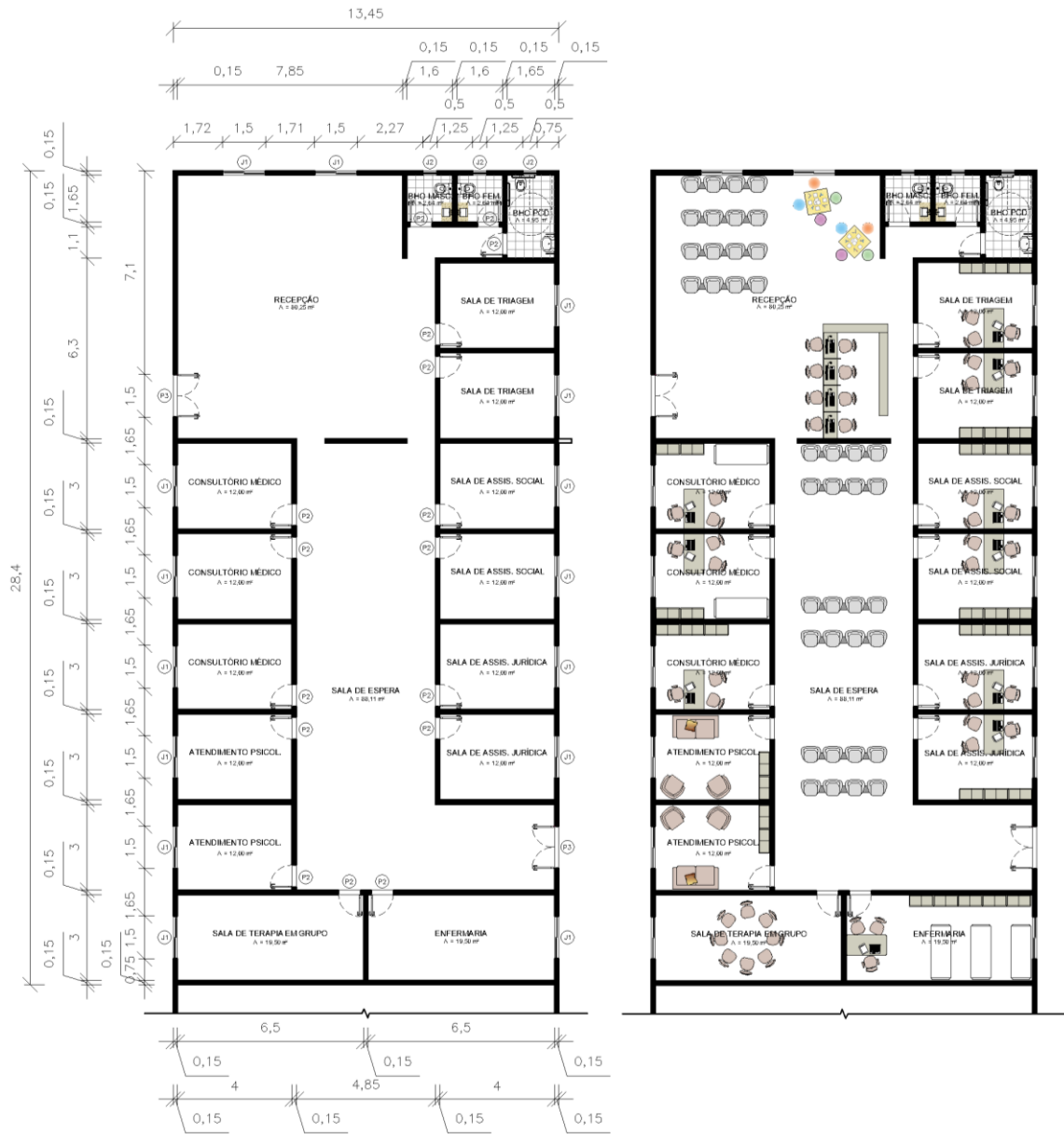
O setor de atendimento é o responsável pelo primeiro contato com as vítimas de violência doméstica, acolhendo e prestando auxílio básico a fim de admitir sua entrada na casa abrigo. Sua posição centralizada dentro do terreno demonstra a importância desse setor dentro do projeto e garante uma ênfase para a entrada,

deixando bem nítido na fachada qual a direção o pedestre deve tomar para entrar na edificação.

O atendimento tem início na sala de triagem, onde a mulher, através de conversa com profissionais, terá definido seu tempo de permanência, os tipos de assistência que lhe serão prestadas e o funcionamento da casa abrigo. A partir dessa primeira orientação, a mulher será admitida e passará a ter um atendimento específico para as suas necessidades, que poderão ser médica, psicológica, assistência social ou jurídica. Os atendimentos prestados são exclusivos para as pessoas abrigadas na casa abrigo.

O setor conta com uma recepção, uma sala de espera, duas salas de triagem, três salas de consultório médico, duas salas de consultório psicológico, duas salas de assistência social, duas salas de atendimento jurídico, uma sala para terapia em grupo e uma sala de enfermaria, além de três banheiros, sendo um deles acessível de acordo com a NBR 9050.

Figura 55: Planta baixa e layout - Setor de atendimento



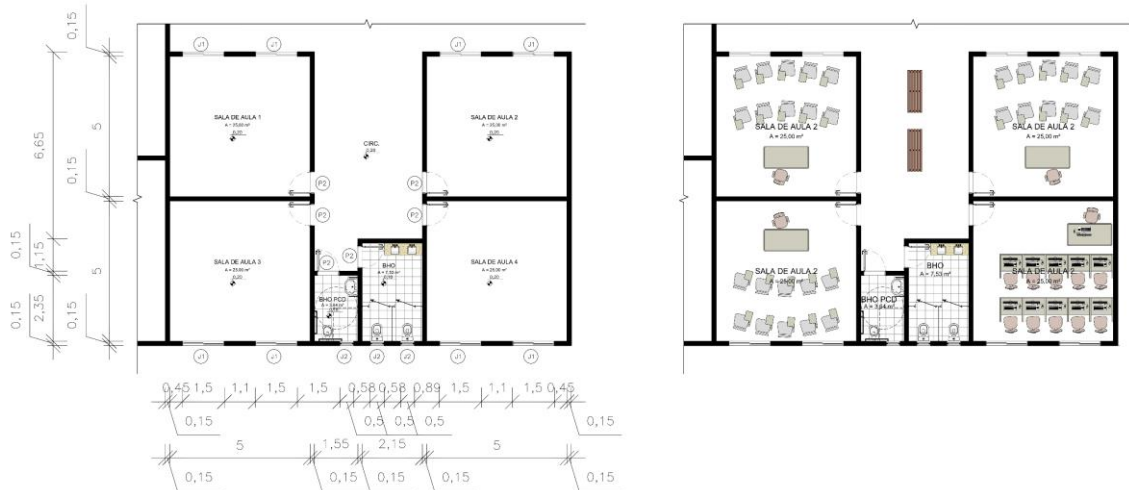
Fonte: Elaborado pela autora.

4.11.2. Setor administrativo

O setor administrativo é o responsável pela gestão da casa abrigo. Como é destinado aos funcionários, está posicionado à frente da edificação, fazendo uma barreira de segurança para os setores mais restritos dentro do lote.

Este setor conta com a sala de recepção, uma sala para a administração com capacidade de dez estações de trabalho, uma sala para a direção, uma sala de reunião e três banheiros, sendo um deles acessível de acordo com a NBR 9050.

Figura 57: Planta baixa e *layout* - Setor de desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora.

4.11.4. Setor de serviços

O setor de serviços é destinado exclusivamente para os funcionários. Além de dispor de espaços de apoio para eles, como a copa e os vestiários, este setor também comporta espaços que garantem a segurança e o bom funcionamento da casa abrigo, como a sala de monitoramento e a cozinha. Aqui também há espaços destinados para o armazenamento de equipamentos da manutenção, como o depósito de limpeza e o de jardinagem.

Neste setor localizam-se a copa, que também cumpre o papel de sala de descanso dos funcionários; sala de monitoramento; cozinha; um vestiário feminino e um masculino; um vestiário acessível conforme a NBR 9050; depósitos de material de limpeza, material de jardinagem e de lixo; lavanderia; e guarita.

Figura 59: Planta baixa e *layout* - Setor social



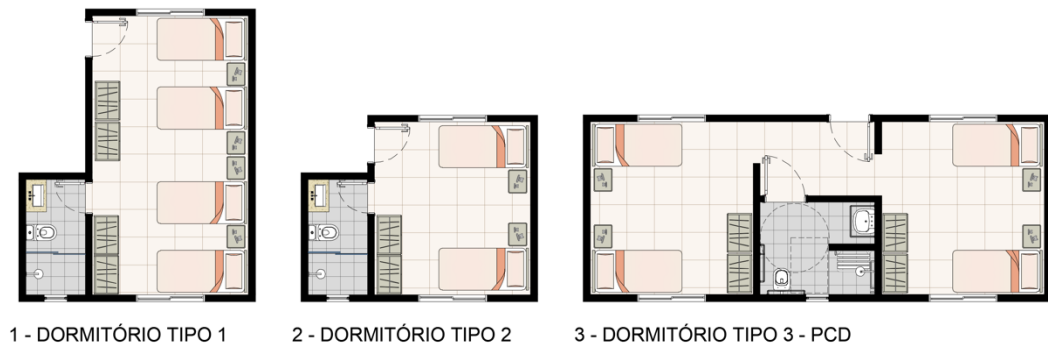
Fonte: Elaborado pela autora.

4.11.6. Setor íntimo

O setor íntimo é o mais recluso da edificação, portanto está localizado ao fundo do lote, o ponto mais afastado da entrada e o mais tranquilo devido ao baixo fluxo de pessoas por ali.

O projeto respeita a individualidade da mulher e sua família, por isso elaborou-se mais de uma opção de dormitório, a fim de melhor acomodar cada configuração familiar e especificidade daqueles indivíduos, desde a mulher que chega sozinha à casa abrigo, até a mulher acompanhada de seus filhos. O projeto apresenta quartos com dois e quatro leitos, além de quartos com banheiro adaptados para pessoas com necessidades especiais, segundo a NBR 9050.

Este setor conta com oito dormitórios do tipo 1, com capacidade para quatro pessoas e com um banheiro em cada; seis dormitórios do tipo 2, com capacidade de duas pessoas e com um banheiro em cada; e um dormitório do tipo 3, com capacidade de quatro pessoas e um banheiro.

Figura 60: Dormitórios

Fonte: Elaborado pela autora.

4.11.7. Jardim central

O jardim central tem como objetivo oferecer um local onde possam ser desempenhadas atividades diversas e que atendam os diferentes níveis de demanda do público frequentador, estimulando a sociabilidade da mulher e seus acompanhantes em espaços de uso coletivo, como a quadra esportiva e o *playground*, além de uma área de cultivo de horta e árvores frutíferas, e proporcionando também espaços de contemplação e relaxamento, com bancos distribuídos por todo o jardim.

Figura 61: Jardim central



Fonte: Elaborado pela autora.

Devido a ser recluso e cercado, o jardim visa passar uma sensação de proteção e tranquilidade, enquanto a sua vegetação com árvores e flores transmite uma sensação de cuidado e acolhimento, com a intenção de descaracterizar a rigidez da segurança que uma instituição como uma casa abrigo necessita.

Figura 62: Vista do jardim central

Fonte: Elaborado pela autora.

A posição central do jardim dentro do terreno demonstra sua importância no projeto, atuando como um elemento unificador da organização espacial (REIS, 2002). Serve como passagem para a circulação de pessoas e conectá-las ao seu entorno, onde há espaços destinados a múltiplas funções. Essa área aberta também permite a ventilação natural por entre os edifícios, bem como a iluminação natural.

Figura 63: Vista da horta

Fonte: Elaborado pela autora.

A quadra e o *playground* foram implantados de forma estratégica no lado oposto de onde estão as salas de aula e de atendimento, já que atividades que requerem silêncio e tranquilidade são exercidas nesses ambientes durante o dia. Suas posições representam uma extensão do Setor Social da edificação, um local onde seus usuários podem interagir um com os outros, desempenhar tarefas ou relaxar.

O passeio será feito de bloquetes sextavados de concreto (30 cm x 30 cm x 6 cm), que possui uma capacidade de drenagem de água mais eficiente. Já as rampas de acesso serão de concreto armado com inclinação de 7,50%.

Para compor o paisagismo do jardim, deu-se preferência por arvoretas e árvores de pequeno porte devido a menor necessidade de manutenção e cuidado com poda e limpeza, além de manter a proporcionalidade com a altura da edificação e largura dos passeios. A escolha das espécies teve como base o Manual de Arborização Urbana de Belém, de 2013. Foram escolhidas árvores não tóxicas, como o cacho de ouro, jasmim-manga, ipê-mirim, papoula e pata de vaca, e árvores frutíferas de acerola, carambola, pitanga, muruci e goiabeira (anexo B).

Quadro 8: Porte das espécies considerando a altura total e o maior diâmetro da copa

	Altura total (m)	Diâmetro da copa (m)
Arbusto ou arvoreta	≤ 3,0	≤ 2,0
Pequeno porte	> 3,0 a 6,0	> 2,0 a 8,0
Médio porte	> 6,0 a 12,0	> 8,0 a 16,0
Grande porte	> 12,0 a 24,0	> 16,0 a 24,0
Porte muito grande	> 24,0	> 24,0

Fonte: Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém, Prefeitura Municipal de Belém e Universidade Federal Rural da Amazônia, 2013. Adaptado pela autora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres é a representação da desigualdade que a mulher passa historicamente, seja no campo social, político, econômico ou em mais outros tantos. Este apagamento da figura feminina acaba contribuindo para um cenário cruel dentro de seus lares, onde as agressões as quais estão expostas às vezes não são nem reconhecidas como tais pelas próprias vítimas ou seus agressores e, conseqüentemente, não há denúncias desses crimes.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira começou a enxergar a violência doméstica de outra forma. Se antigamente essa situação era vista como algo íntimo, um problema de casal ou familiar onde não deveriam interferir, hoje em dia tornou-se crime não comunicar imediatamente às autoridades esse tipo de caso. No entanto, o processo da denúncia pode ser demorado e exaustivo para as vítimas.

O papel da arquitetura é prover um local seguro e tranquilo para acolher as vítimas e seus acompanhantes no momento delicado pelo qual estão passando. Infelizmente, a sociedade atual necessita de equipamentos como os abrigos, centros de acolhimento e delegacias especializadas a fim de proteger todos os indivíduos igualmente e garantir sua integridade e seus direitos.

Esta casa abrigo visa criar um espaço de acolhimento para as vítimas de violência doméstica na cidade de Belém, projetado de acordo com as necessidades e o perfil das usuárias deste espaço, visto que atualmente não existe um local na cidade que tenha sido criado especificamente para este propósito.

Os tons neutros e as linhas retas na fachada e o gabarito baixo dão um caráter discreto para a edificação, entretanto, o emprego do cobogó e a criação de ritmo na fachada criam uma textura e dão uma identidade própria a ela. Devido ao cobogó ser um elemento muito comum nas residências brasileiras, o seu uso nessa proposta arquitetônica traz essa noção de “lar” para o projeto, visando reduzir o caráter institucional de uma casa abrigo. As aberturas do cobogó permitem a livre circulação de vento e luz natural, principalmente nos ambientes do setor social, onde haverá uma maior aglomeração de pessoas. O cobogó também cumpre o papel de proteger a incidência solar nas fachadas viradas para o oeste, que recebem os raios do sol poente.

O jardim interno faz uma conexão com o exterior da edificação, buscando minimizar a sensação de enclausuramento que as pessoas abrigadas podem sentir por ficarem muitos dias em uma casa abrigo. É uma área de convívio com espaços para realização de esportes, atividades manuais e para contemplação. É o ponto de partida da organização espacial dentro do terreno, com os demais ambientes e circulação distribuídos no seu entorno.

O projeto reúne diversos atendimentos e serviços especializados em um único lugar, de modo que as mulheres abrigadas possam ser bem assistidas durante todo o período que estiverem longe de suas casas e seus familiares, demonstrando a importância e a necessidade de espaços como esse para o suporte de uma comunidade. O atendimento multidisciplinar oferecido visa facilitar o processo de recuperação das vítimas, uma vez que elas não precisam se deslocar até outro local para receber atendimentos como assistência psicológica ou jurídica, garantindo um suporte mais efetivo.

Em suma, a partir de levantamento e análise dos dados aqui apresentados, fica nítida a necessidade da criação de uma casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em Belém, com o intuito de dar suporte e segurança a elas e sendo um grande aliado na luta pelos direitos e pela dignidade da mulher, assim revelando a humanidade presente na arquitetura.

6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Elaine Cristina Costa de; ALMEIDA, Kelma Xavier de; FERREIRA, Vera Suely Moraes; MENDES, Rhida Warly dos Reis; SANTOS, Ivanete da Silva Frota dos. **O perfil da mulher vítima de violência e o atendimento da Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz**. Gênero na Amazônia, Belém, 2018. Disponível em: <<https://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-14/08-D-06-O-Perfil-da-Mulher-Vitima-de-Violencia.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BANDEIRA, Regina. **Casas Abrigo**: O provisório refúgio de vítimas da violência doméstica. Conselho Nacional de Justiça, 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.ius.br/noticias/cnj/88021-casas-abrigo-o-provisorio-refugio-de-vitimas-da-violencia-domestica>>. Acesso em 02 set. 2019.

BARROS, Betina; BUENO, Samira; LAGRECA, Amanda; LIMA, Renato Sérgio de; MARTINS, Juliana; PIMENTEL, Amanda. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 3ª edição, 2021. Disponível em: <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em 21 out. 2022.

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém – 2012**. Tabela 2-9.12. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/2_09_Assistencia-Social.pdf>. Acesso em 10 fev.2020.

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém – 2019**. Tabela 1: Espaços de acolhimento. Disponível em: <<http://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Tabela-1-Espacos-de-Acolhimento.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2020.

BELÉM. **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**: Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/LEI-N%C2%BA-8655-08-PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2020.

BORGES, Maria Célia Guimarães; LUCAS, Milene Miranda; NOGUEIRA, Alessandra Santos; PINHEIRO, Marisa do Socorro Ribeiro; SILVA, Paulo Sérgio Lima da; VIEIRA, Sílvia Maria Souza; VITORINO, Inez da Costa. **Perfil das mulheres acolhidas na Casa Abrigo Emanuelle Rendeiro Diniz (CAERD) 2008 - 2017**. FUNPAPA, Belém, 2019. Disponível em: < <https://funpapa.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Perfil-das-Mulheres-Acolhidas-2008-2017.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. **Atlas da Violência 2019**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em 02 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013**. Institui o Programa “Mulher, Viver sem Violência” e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2013]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm>. Acesso em 01 set. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República [2011]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>>. Acesso em 02 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 31 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de marco de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em 01 set. 2019.

BRASIL. **Plano Plurianual 2016-2019**: Relatório Anual de Avaliação. Ministério da Economia, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=65D91EAB7FA3527D6F0A74E404527951.proposicoesWebExterno1?codteor=1759487&filenome=MCN+6/2019+CN>. Acesso em 31 ago. 2019.

CUNHA, Bárbara Madruga. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%CC%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2019.

FONSECA, Ericka E.P. **Mulheres em situação de abrigo**: uma abordagem a partir da inserção em uma casa abrigo. 2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 12. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranc%CC%A7a-Pu%CC%81blica-2018.pdf>>. Acesso em 07 mai. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 13. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf> Acesso em 08 mai. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 14. São Paulo, 2020. Disponível em:

<<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>> Acesso em 08 mai. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 15. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>> Acesso em 08 mai. 2023.

HOLLMEN REUTER SANDMAN ARCHITECTS. **Women's Centre**. Senegal, 2001. Disponível em: <<http://www.ukumbi.org/projects/womens-centre.html>>. Acesso em 23 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA (IPEA), FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA (IPEA), FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECÔNOMICA APLICADA (IPEA), FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>> Acesso em 03 mai. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha?** [S.l.] 2018. Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em 02 set. 2019.

MAUÉS, Sandra Shirley Santana. **Feminismos e Políticas Governamentais: um estudo sobre o Albergue Emanuelle Rendeiro Diniz**. Dissertação de Mestrado - Curso de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, UFPA. Belém, 2006.

MORAES, Georgia; PIOVESAN, Eduardo. **Pena maior para crime de feminicídio foi aprovada em 2018 pela Câmara.** Agência Câmara de Notícias, Distrito federal, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/550226-pena-maior-para-crime-de-feminicidio-foi-aprovada-em-2018-pela-camara/>>. Acesso em: 02 out. 2022.

OBSERVATÓRIO PELA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA. **Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais.** Salvador, 2011. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/ARQ/relatorio_final_redes%5B1%5D%20\(1\).pdf](http://www.observe.ufba.br/ARQ/relatorio_final_redes%5B1%5D%20(1).pdf)>. Acesso em 01 set. 2019.

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. **Projeto cognitivo: uma abordagem do ensino de projeto pelo interior da prática.** In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2019, Uberlândia. Anais... Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, 2019. p. 1588-1598. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/sbqp19143>>. Acesso em 11 jun. 2023.

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana; MENEZES, Tainá Marçal dos Santos; PAIXÃO, Rosineide Trindade da. **Representação não geométrica como ponto de partida do projeto arquitetônico em experimentações na Amazônia.** Arquitectos, São Paulo, ano 23, n. 271.03, Vitruvius, dez. 2022. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/23.271/8678>>. Acesso em 11 jun. 2023.

PINAFI, Tânia. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade.** 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2019.

PORTO, Luis Paulo Monteiro; BRASIL, Heliana Maria Silva. **Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém: guia para planejamento, implantação e manutenção da arborização em logradouros públicos.** – Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2013. Disponível em: <<http://ww3.belem.pa.gov.br/www/wp-content/uploads/Manual-de-Arboriza%C3%A7%C3%A3o-de-Bel%C3%A9m.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2023.

REIS, Antônio Tarcísio. **Repertório, análise e síntese: uma introdução ao projeto arquitetônico** – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

SANTOS, Ivanete da Silva Frota dos. **Acolhimento Institucional para Mulheres Vítimas de Violência em Belém/PA e a Atuação do Serviço Social**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1535/1498>>. Acesso em 05 fev. 2020.

SHAHRAD, Azadeh. **What are the design principles of Healing Gardens**. Swedish University of Agricultural Sciences Faculty of Landscape Planning, Horticulture and Agricultural Sciences Department of Landscape Architecture. Alnarp, 2012. Disponível em: <https://stud.epsilon.slu.se/5260/1/shahrad_a_130117.pdf>. Acesso em 04 mar. 2020.

SILVA, Elvan. **Uma introdução ao projeto arquitetônico** - 2ª ed. rev. amp. - Porto Alegre, Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

SILVA, Paloma Lima. **Casa Lar para Mulheres Vítimas de Violência**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, 2018.

UN WOMEN. **Virtual Knowledge Centre to End Violence against Women and Girls: Shelter 15**. Disponível em: <<http://endvawnow.org/en/modules/view/15-shelter.html#categories>>. Acesso em 28 ago. 2019.

VARANDA, Fernando. **Women's Centre**. Senegal, 2004. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/media.archnet.org/system/publications/contents/1213/original/FLS1244.pdf?1384750108>>. Acesso em 23 ago. 2019

WAISELFISZZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. 1ª ed. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

World Health Organization (Organização Mundial da Saúde). **Understanding and addressing violence against women: Femicide**. [S.l.] 2012. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77421/WHO_RHR_12.38_eng.pdf>. Acesso em 02 set. 2019.

ANEXOS

Anexo A: Taxas de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes em 83 países






País	Taxa	Posição	País	Taxa	Posição
El Salvador	8,9	1º	Jordânia	0,8	43º
Colômbia	6,3	2º	Bulgária	0,7	44º
Guatemala	6,2	3º	Noruega	0,7	45º
Federação Russa	5,3	4º	Finlândia	0,7	46º
Brasil	4,8	5º	Barbados	0,7	47º
México	4,4	6º	Holanda	0,7	48º
Rep. da Moldávia	3,3	7º	Israel	0,7	49º
Suriname	3,2	8º	Portugal	0,6	50º
Letônia	3,1	9º	Austrália	0,6	51º
Porto Rico	2,9	10º	Polônia	0,6	52º
Ucrânia	2,8	11º	Turquia	0,6	53º
Belarus	2,6	12º	Irlanda Do Norte	0,5	54º
Estônia	2,5	13º	Alemanha	0,5	55º
Cuba	2,5	14º	Brunei Darussalam	0,5	56º
Maurícia	2,4	15º	Suécia	0,5	57º
Panamá	2,4	16º	Áustria	0,5	58º
Lituânia	2,3	17º	Eslovênia	0,5	59º
África Do Sul	2,2	18º	Espanha	0,5	60º
EUA	2,2	19º	Fiji	0,5	61º
Uruguai	2,0	20º	Suíça	0,4	62º
Paraguai	1,8	21º	França	0,4	63º
Costa Rica	1,8	22º	Rep. Árabe Síria	0,4	64º
Aruba	1,8	23º	Itália	0,4	65º
Quirguistão	1,7	24º	Bahrain	0,4	66º
Rep. Dominicana	1,6	25º	Geórgia	0,3	67º
Sérvia	1,6	26º	Escócia	0,3	68º
Nicarágua	1,4	27º	Hong Kong SAR	0,3	69º
Argentina	1,4	28º	Honduras	0,3	70º
Romênia	1,3	29º	Japão	0,3	71º
TFYR Macedónia	1,3	30º	Dinamarca	0,2	72º
Chile	1,0	31º	Irlanda	0,2	73º
Peru	1,0	32º	Singapura	0,2	74º

Hungria	1,0	33°	Reino Unido	0,1	75°
Croácia	1,0	34°	Marrocos	0,1	76°
República da Coreia	1,0	35°	Egito	0,1	77°
Malta	1,0	36°	Anguila	0,0	78°
Canadá	0,9	37°	Bermudas	0,0	79°
Chipre	0,9	38°	Grenada	0,0	80°
Armênia	0,9	39°	Ilhas Cayman	0,0	81°
Bélgica	0,9	40°	Kuwait	0,0	82°
República Tcheca	0,9	41°	Tunísia	0,0	83°
Nova Zelândia	0,8	42°			

Fonte: Waiselfisz, Mapa da Violência, 2015.

Anexo B: Relação de espécies botânicas

Modelo	Nome popular	Nome científico	Porte
	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	Pequeno
	Cacho de ouro	<i>Cassia fistula</i> L.	Pequeno
	Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.	Pequeno
	Gramma esmeralda	<i>Zoysia japonica</i>	Gramado
	Goiabeira	<i>Psidium guajava</i> L.	Pequeno
	Ipê-mirim	<i>Tecoma stans</i> (L.) Juss. ex Kunth	Arvoreta

	Jasmin-manga	<i>Plumeria rubra</i> L. e <i>P. alba</i> L.	Pequeno
	Muruci	<i>Byrsonima sericea</i> . DC.	Pequeno
	Papoula	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L	Arvoreta
	Pata-de-vaca	<i>Bauhinia variegata</i> L.	Pequeno
	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pequeno

Fonte: Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém, Prefeitura Municipal de Belém e Universidade Federal Rural da Amazônia, 2013. Adaptado pela autora.

Anexo C: Pranchas